



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

PEDRO THIAGO DOS SANTOS AZEVEDO

**A INTERVENÇÃO MILITAR NAS REDES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
NO SITE GOLPEFLIX**

JOÃO PESSOA, PB

2025

PEDRO THIAGO DOS SANTOS AZEVEDO

**A INTERVENÇÃO MILITAR NAS REDES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
NO SITE GOLPEFLIX**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação
em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientadora: Profª. Dra. Luciana
Aparecida Aliaga Azara de Oliveira.

JOÃO PESSOA, PB

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

A994i Azevedo, Pedro Thiago Dos Santos.

A intervenção militar nas redes: um estudo exploratório no site golpeflix / Pedro Thiago Dos Santos Azevedo. - João Pessoa, 2025.

58 f.

Orientador: Luciana Aparecida A. Ázara de Oliveira.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Intervenção Militar. 2. 8 de Janeiro. 3. Patriotas. I. Oliveira, Luciana Aparecida Aliaga Ázara de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 32(81)

Pedro Thiago dos Santos Azevedo

**A Intervenção Militar nas redes: um estudo exploratório na
plataforma GolpeFlix.**

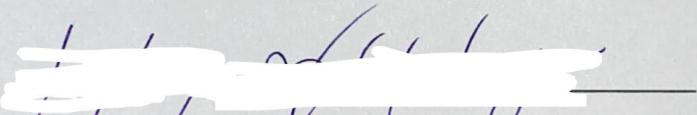
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Federal da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 03 de Outubro de 2025.

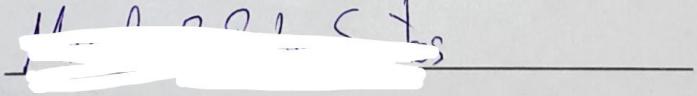
Banca Examinadora:



Profª. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira –
DCS/CCHLA/UFPB (Orientadora)



Prof. Dr. José Henrique Artigas de Godoy – DCS/CCHLA/UFPB
(Examinador)



Prof. Dr. Marcelo Burgos – DCS/CCHLA/UFPB (Examinador)

RESUMO

O Brasil é um país que possui sua história marcada por uma série de golpes militares e tentativas de golpes. Os militares se fizeram presentes no cotidiano político até mesmo nos períodos democráticos. Além da presença dos militares na política, destacamos a participação de parcelas da sociedade civil, que recorrem aos militares em determinados momentos históricos para que as intervenções sejam realizadas com o intuito de promover a ordem e a “salvação” do país. Após episódios como as Jornadas de Junho de 2013 e a Operação Lava-Jato, observamos o retorno do discurso intervencionista no cenário político brasileiro, culminando com o episódio do 8 de Janeiro de 2023, em que militantes da extrema-direita invadiram as sedes dos três Poderes da República na tentativa de provocar uma nova intervenção militar. O objetivo da presente pesquisa consiste análise do conteúdo audiovisual do site “GolpeFlix”, que reúne mídias digitais de parcela radicalizada da população brasileira, que circularam nas redes sociais, no período compreendido entre outubro de 2022 e 8 de janeiro de 2023. Na concepção dos intervencionistas o Brasil já estaria vivendo uma ditadura e a intervenção militar era o instrumento necessário para livrar o país do “comunismo”, da corrupção e preservar a família. Os golpistas uniram o elemento militar, por meio do recurso as Forças Armadas, o elemento religioso e um patriotismo estético que se limitou ao uso de símbolos nacionais.

Palavras-chave: Intervenção militar; 8 de janeiro de 2023; Patriotas; Democracia; Militarismo.

ABSTRACT

Brazil's history is marked by a series of military coups and attempted coups. The military has been present in everyday politics even during democratic periods. In addition to the military's presence in politics, we highlight the participation of segments of civil society, which turn to the military at certain historical moments for interventions aimed at promoting order and "saving" the country. After episodes such as the June 2013 protests and Operation Car Wash, we observed the return of interventionist discourse in the Brazilian political landscape, culminating in the episode of January 8, 2023, in which far-right militants invaded the headquarters of the Three Branches of Government in an attempt to provoke a new military intervention. In the interventionists' view, Brazil was already living under a dictatorship, and military intervention was the necessary instrument to rid the country of "communism," corruption, and preserve the family. The coup plotters combined the military element, through the use of the Armed Forces, the religious element and an aesthetic patriotism that was limited to the use of national symbols.

Keywords: Military Intervention; January 8, 2023; Patriots; Democracy; Militarism.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO.....	6
2) CAPÍTULO I: MILITARIZAÇÃO E CULTURA NO BRASIL.....	9
3) CAPÍTULO II: A INTERVENÇÃO COMO SALVAÇÃO.....	20
4) CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DO PATRIOTA.....	34
5) CONCLUSÃO:.....	55
6) REFERÊNCIAS:.....	57

A INTERVENÇÃO MILITAR NAS REDES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO SITE GOLPEFLIX

INTRODUÇÃO

O tema da politização das Forças Armadas e suas relações com a democracia emergiu nos últimos anos como um importante tema de pesquisa para compreendermos as novas expressões políticas e sociais da extrema-direita no Brasil. Nos últimos anos tivemos a ascensão da extrema-direita no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018, e um movimento junto aos quartéis após a eleição presidencial de 2022, que reivindicou uma intervenção militar, após a derrota de Jair Bolsonaro. A pesquisa busca aprofundar-se no tema a partir do estudo do “militarismo”, que é entendido no âmbito do pensamento político como um conjunto de ideias, intelectuais, ações e movimentos orientados pelos valores e concepções militares, presentes na cultura política brasileira (cf. Aliaga, 2024). A abordagem traz o estudo das ideias e concepções de militares e civis, assim como a investigação dos conceitos e ideologias formulados por eles que circularam nos circuitos militares e na sociedade civil. O objetivo da pesquisa é o aprofundamento do conhecimento sobre o “militarismo” e a sua incidência na cultura política brasileira, reconstruindo as pautas, reivindicações e as palavras de ordem presentes nas plataformas virtuais, buscando entender como essa parcela radicalizada da população percebe e avalia a atuação política dos militares.

Para a realização da pesquisa, utilizamos o site “GolpeFlix”, um catálogo digital disponível no portal “Aos Fatos”, (<https://www.aosfatos.org/golpeflix/>). O catálogo digital traz de maneira cronológica o conteúdo audiovisual que circulou nas redes sociais no período que abrange a noite do segundo turno das eleições presidenciais de 2022 ao episódio do 8 de janeiro de 2023, quando pessoas invadiram os prédios dos três Poderes pedindo uma intervenção militar. O site está dividido em 9 capítulos, organizados de forma cronológica, com a descrição textual do contexto em que os vídeos exibidos foram disponibilizados nas redes. Para sua formulação foram selecionadas 687 mídias digitais (áudios, imagens e vídeos), de um universo de 119 mil imagens, 25 mil áudios e 321 vídeos compartilhados nas redes monitoradas pelo portal “Aos Fatos”, armazenando o conteúdo de parcela radicalizada da população brasileira, que circulou nas redes sociais. O portal “Aos Fatos” é uma organização jornalística, composta por jornalistas

independentes, que se dedica a investigação e denúncia de campanhas de desinformação e checagem de notícias falsas.

O principal procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi o de análise das fontes primárias, em que foram analisados os materiais audiovisuais presentes no site “GolpeFlix”, do portal “Aos Fatos”. Para tomar conhecimento das pesquisas na área foi feita uma revisão bibliográfica. Utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica, recorremos ao Capes Periódicos, para pesquisar artigos relacionados ao tema da pesquisa, destacando que não foi possível encontrar muitos artigos relacionados ao tema. Ao todo, foram encontrados 11 artigos que podem ser relacionados direta ou indiretamente com o tema, destaco que, todos os artigos são recentes, abrangendo os anos de 2020 até 2024.

Durante a análise do material audiovisual do site “GolpeFlix” buscamos apreender qual era o senso comum presente nos discursos apresentados pelas pessoas que apareciam nos vídeos e áudios, buscando encontrar quais eram as ideias e termos recorrentes que aparecem nos vídeos, quais eram as palavras de ordem e através disso compreender qual era a visão de mundo, os consensos e as ideias dos militantes intervencionistas que aparecem nos vídeos. A forma como os militantes intervencionistas veem a si mesmos e o papel que atribuem a atuação política das Forças Armadas também foram objeto de investigação. Além da análise dos discursos e ideias apresentados, também realizamos a análise imagética do conteúdo, buscando compreender quem eram as pessoas presentes nos vídeos, de acordo com seu gênero, faixa etária, etnia, classe social, dentre outros elementos que pudessem evidenciar o recorte social das pessoas que fazem parte do movimento intervencionista. Outro elemento utilizado na análise do conteúdo audiovisual do site foi a busca de elementos simbólicos, como a utilização de imagens, determinadas vestimentas, bandeiras e símbolos que são utilizados pelos intervencionistas como uma forma de afirmação simbólica dos seus valores e suas ideias.

A nossa hipótese é de que, através das redes sociais, o discurso de intervenção militar presente em vários momentos cruciais da história brasileira, pode ser trazido de volta ao debate público brasileiro, com a utilização das redes como um meio de difusão do discurso intervencionista e organização das manifestações, encontrando um público receptivo a essas ideias, devido ao fato de termos uma parcela da população que enxerga as intervenções militares de forma legítima e necessárias em momentos políticos de crise política, econômica e institucional.

O trabalho está dividido em três capítulos, seguidos pela conclusão. No primeiro capítulo trazemos o quanto a militarização e a ideia da legitimidade das intervenções

militares estão presentes na cultura política brasileira, desde o período pré-republicano até os tempos atuais. No segundo capítulo buscamos demonstrar como a ideia de salvação através de uma intervenção militar contribui para legitimar as intervenções militares que ocorreram ao longo da história do Brasil, e serviu como fator importante para arregimentar pessoas em torno da causa da intervenção militar que levou ao episódio do 8 de Janeiro. No terceiro capítulo buscamos demonstrar a ideia que os participantes dos acampamentos golpistas que resultaram no 8 de janeiro, possuem sobre patriotismo e quais são os elementos presentes que constroem o que é um “patriota”.

CAPÍTULO I – MILITARIZAÇÃO E CULTURA NO BRASIL

Ao longo da nossa história, principalmente após a Guerra do Paraguai e a profissionalização e nacionalização das Forças Armadas nos anos subsequentes, os militares exerceiram um papel importante na vida política nacional, estando presentes em momentos importantíssimos de nossa história, como por exemplo, na Proclamação da República, na Revolução de 1930 e no Golpe de 1964 (cf Carvalho, 2006). A presença dos militares na vida política nacional, no entanto, não se dá apenas nesses momentos decisivos, mas faz parte do cotidiano da política brasileira, com os militares participando dos debates a respeito das questões nacionais e mesmo na democracia, figurando como candidatos presidenciais ou aos outros cargos eletivos, como observamos na República de 1946, com as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, General Dutra e Henrique Teixeira Lott. De modo que “a interpretação do intervencionismo militar no Brasil não pode se limitar a ideias e ações eventuais, passageiras ou, ainda, a uma mera idiossincrasia de indivíduos isolados” (Aliaga, 2024, p. 225). Schwartzman (2007) destaca que uma das formas de se estudar as características políticas de um país, além do estudo das suas instituições, partidos e sistema eleitoral, é o estudo da cultura política de um país. O nosso argumento é que o militarismo – como um pensamento orientado sobretudo pela positivação da Intervenção militar – está presente na cultura política brasileira e emerge como prática e discurso político em momentos de crise.

As tensões entre militares e civis que evidenciaram a constituição dos militares como sujeitos políticos remontam ao período pré-republicano no Brasil, como por exemplo, no episódio que ficou conhecido como Questão Militar. Segundo Castro (1995), a Questão Militar foi o nome dado a uma série de eventos ocorridos entre agosto de 1886 e maio de 1887. Um decreto do ano de 1859 proibia que militares discutissem questões políticas ou militares por meio da imprensa, sem que houvesse comunicação prévia ao Ministro da Guerra. O Ministro da Guerra na época, era o deputado Alfredo Chaves, que ordenou a prisão do Coronel Cunha Matos, após manifestações de Cunha Matos na imprensa. Após a prisão de Cunha Matos e reações negativas por parte de militares liberais e conservadores, o episódio virou uma questão de corpo entre os militares, expondo a tensão existente entre militares e políticos do Império. Alguns envolvidos na Questão Militar, como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, posteriormente se tornam figuras centrais no Golpe da República. O conflito entre militares e políticos do

Império, encerrou-se com a revogação do decreto que proibia militares de manifestarem-se por meio da imprensa e fim das punições aos militares envolvidos.

Fazendo uma retrospectiva da participação dos militares na vida política nacional, observamos que no primeiro período republicano, de acordo com Carvalho (2006), após o golpe que proclamou a República, tivemos a posse do Marechal Deodoro da Fonseca, que foi sucedido pelo também Marechal Floriano Peixoto. A primeira constituição do período republicano deu margem de interpretação para que os militares se colocassem como intérpretes dela. O texto constitucional dizia em seu artigo 14, que “a força armada é essencialmente obediente, *dentro dos limites da lei*, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais” (Brasil, 1891, grifos nossos). Com base nisso, o segundo-tenente Juarez Távora, uma das principais lideranças do movimento tenentista de 1922, afirmou que a constituição de 1891 “dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais” (Carvalho, 2006, p. 230). Essa interpretação relega aos militares o papel de protetores da democracia e inteventores em momentos de crise. O uso do termo dentro dos limites da lei permanece nas constituições seguintes, com exceção da de 1937 que substitui pelo termo “fiel obediência à Presidência da República”. Lembremos, no entanto, que a Constituição de 1937 foi a do Estado Novo, que centralizou os poderes nas mãos do presidente Getúlio Vargas. A expressão “dentro dos limites da lei” foi retomada na Constituição democrática de 1946.

No período, que engloba o fim do Brasil Império e o início do período republicano, podemos perceber a presença da ideologia do soldado-cidadão. Essa ideia, que de acordo com Carvalho (2006) teve origem na França da Revolução Francesa, mas diferente com o que ocorreu no Brasil, a ideia de soldado-cidadão em sua origem possuía um caráter democrático, deslocando os soldados do campo de obediência da aristocracia para o “povo”, em seu sentido abstrato. Na sua origem, podemos falar do soldado-cidadão como um agente transformador da sociedade. “Ao contrário da França revolucionária, assim, o soldado-cidadão brasileiro inseriu-se no interior das revoluções pelo alto, das modernizações conservadoras e de caráter abertamente autoritário” (Aliaga, 2024, p. 240-245).

No Brasil, diante das tensões que ocorriam entre os políticos do Império, como demonstramos anteriormente na Questão Militar, a ideia de soldado-cidadão “implicava na suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que deveria assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou nas formulações mais

radicais, exatamente por ser militar" (Carvalho, 2006, p. 229). Dessa forma, a ideia de soldado-cidadão trazia ao militar a concepção de que a sua atuação não deveria/poderia ser restrita apenas às questões que envolvem a defesa e os exercícios militares, mas também englobaria uma participação política ativa na sociedade. O militar deixaria de ser apenas um soldado para ser um agente transformador na sociedade, incumbido de uma missão cidadã e patriótica.

Nesse contexto, um grupo dentro do Exército que era composto por militares simpatizantes da ideia de soldado-cidadão foram os "jovens turcos", que consistiam em oficiais que haviam estagiado no exército alemão entre 1906 e 1912, e receberam esse nome em referência aos turcos que também estagiaram no exército alemão e foram responsáveis pela modernização do exército de seu país (cf. Alexandre Netto, 2018). Olavo Bilac, que era descendente de militares, traz a concepção inversa a de soldado-cidadão, defendendo que o cidadão também se torne um soldado. Bilac, em campanha nacional juntamente com os jovens turcos organizados na revista *A Defesa Nacional*, defendeu o alistamento militar obrigatório e universal, assim todo cidadão se tornaria um soldado, tendo a oportunidade de servir a pátria. Segundo o autor, "ao contrário de inventar e fortalecer uma casta privilegiada de militares emprehenderemos que o Exército seja o povo e o povo seja o Exército, de modo que todo brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado" (Bilac, 1917, p. 62). Em relação à política, Bilac defendia que não houvesse uma partidarização das Forças Armadas e que os militares deveriam se concentrar nas grandes questões de Estado, afastando-se da política partidária.

Um dos "jovens turcos", que se torna um militar influente, diretor da revista *A Defesa Nacional* fundada em 1913, Bertholdo Klinger, leva a ideia de soldado-cidadão do campo individual para o campo institucional, "com isto ele contribuiu para a produção de uma ideia de "intervenção controladora ou moderadora", dirigida pelo Estado-Maior do Exército" (Aliaga, 2024). Na ideologia do soldado-cidadão, caberia ao militar individualmente buscar o exercício da política e da cidadania, enquanto na intervenção moderadora de Klinger, a ação ocorreria através da instituição, guiada pelos seus comandantes militares. Saímos, portanto, da esfera em que o soldado age como um cidadão politicamente ativo na sociedade, que reivindica para si o exercício da cidadania tal qual o civil, para uma ação baseada nas determinações do comando da instituição, trazendo também o elemento da centralização das decisões que devem partir do comando das Forças Armadas (Carvalho 2006, Aliaga, 2024).

Lançando as bases para as justificações de intervenções militares, Bertholdo Klinger criou a ideia da existência de uma hierarquia moral entre civis e militares. Os militares estariam moralmente acima dos civis, pois os civis agiriam pensando apenas no interesse individual, enquanto os militares agiriam de forma patriótica, pensando na pátria e na coletividade. Klinger afirma que os civis fazem politicagem, ligada ao atendimento de pequenos interesses mesquinhos, enquanto os militares realizam a política, voltada as grandes questões nacionais (cf. Mayer s./d.). A superioridade moral dos militares sobre os civis transforma a intervenção militar em um ato patriótico e, devido ao seu caráter moderador, a intervenção é buscada não como um elemento de transformação social/econômica, mas como um elemento estabilizador da República. Portanto, podemos falar no entendimento de intervenção como uma intervenção conservadora, para que não se alterem as bases econômicas e sociais do país. Através dessa intervenção, com o intuito de assegurar a estabilidade da sociedade, podemos falar em um processo de modernização conservadora, onde os processos de mudanças políticas ocorrem pelo alto, sem a participação da população e solução das grandes demandas populares, por meio de acordos entre as elites civis e militares. “A questão militar, o monopólio da política por oligarquias fundiárias e recorrentes intervenções militares, para dizer o mínimo, tornaram a política brasileira um palco restrito as elites civis e militares” (Aliaga, 2024, p. 245).

Schwartzman (2007) cita que o processo de modernização econômica, que incluiu, no caso da constituição do Estado Novo, uma centralização do poder político, deixou de lado a participação popular, e quando as massas foram incluídas de alguma forma, foram através da participação em sindicatos e partidos, como por exemplo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do período democrático de 1946-1964, que possuíam ligações com o Estado e/ou eram dirigidos por pessoas que faziam parte do Estado. Com a participação popular por intermédio das instituições citadas, podemos falar que há uma limitação das pautas de reivindicação popular.

É importante ressaltar que quando falamos da parcela da sociedade civil que recorre aos militares, não estamos falando de sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais ou estudantis, e sim estamos falando dos grupos dominantes da sociedade, como empresários, grandes proprietários rurais, grupos empresariais ligados a interesses norte-americanos, que visam manter os seus privilégios e *status*, diante da ameaça das reformas que tinham o objetivo de reduzir o abismo social existente no Brasil e democratizar a nossa sociedade. Schwartzman (2007) nos lembra que da mesma forma que o progresso

econômico não traz justiça social, nem sempre as mudanças institucionais significam o aumento da participação popular na política.

A mesma ideia positivada de intervenção militar foi expressa posteriormente em discursos e ensaios organizados no volume *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército* (1934) pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Góis Monteiro, assim como Bertholdo Klinger, participou da “Revolução de 30” e publicou textos posteriormente para justificar a ação dos militares que participaram do movimento militar. Além de citar a superioridade moral dos militares sobre os civis, Góis Monteiro traz a ideia de que os militares são responsáveis por salvar a nação, e por isso teriam agido na “Revolução de 30” em reação à fraude eleitoral ocorrida nas eleições de 1930. Portanto, na ideia de Góis Monteiro, caberia aos militares fazerem a interpretação de qual o momento político nacional em que se justifica uma intervenção militar, assim como também caberia aos militares o exercício de uma tutela sobre a sociedade civil, que precisaria ser “salva” pelos militares.

Esse entendimento dos militares como intérpretes da vontade popular do que é necessário para o país naquele momento aparece no texto do primeiro Ato Institucional após o Golpe Militar de 1964. Segundo Aguiar (1986), o documento publicado após o golpe “diz-se tradutor da vontade da nação, e não um grupo, e argumenta que a revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional” (Aguiar, 1986, p. 21). Outro ponto importante que Aguiar (1986) destaca, é o fato de os textos constitucionais conceberem como responsabilidade militar a guarda da lei e da ordem, sem definir exatamente o que significaria a ordem, o que abre espaço para que as próprias Forças Armadas interpretassem o que viria a ser o sentido específico da ordem.

É como se nessa interpretação não fosse a sociedade civil, a Constituição e a democracia que concedessem aos militares o papel de garantir a defesa externa, concedendo aos militares o poder armado, e sim, que a democracia, a Constituição e a cidadania existissem por concessão dos militares e nos limites que essa instituição considere adequados. De acordo com esse entendimento, não seria a sociedade civil a exercer tutela sobre os militares, mas os militares que exerceriam tutela sobre a sociedade civil. Nesse entendimento, os militares não se veem apenas como agentes que asseguram a Defesa do Brasil, tendo funções estritamente militares, mas nutrem uma autoimagem como se a eles tivesse sido delegada a missão de tratar dos problemas políticos nacionais e buscar a sua resolução, sem excluir a intervenção das armas.

Góis Monteiro também afirmou que o Exército era um órgão essencialmente político e que a ele interessaria “todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político-social – tudo, enfim afeta a política militar de um país” (Monteiro, 1934, p. 133). Ainda sobre a atuação política dos militares, Góis Monteiro defendia a atuação dos militares como um todo coeso, sem espaço para divisão em várias facções políticas, o que prejudicaria a unidade e hierarquia do Exército. “Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário, facioso ou tribul, filiado a correntes antagônicas interesseiras” (Monteiro, 1934, p. 134). Na fala de Góis Monteiro também podemos notar uma condenação aos partidos políticos, à pluralidade e ao próprio modelo de democracia liberal que consiste na existência de facções diversas que disputam o poder entre si com projetos políticos e econômicos antagônicos.

Bertholdo Klinger e Góis Monteiro foram alunos da Academia Militar da Praia Vermelha, que teve papel fundamental na formação intelectual dos oficiais militares desse período de grandes transformações políticas. Conforme Castro (1995), a Academia Militar da Praia Vermelha tinha foco voltado para o estudo das ciências naturais, como a matemática. Os oficiais militares que estudavam na Academia da Praia Vermelha sentiam que estavam em rivalidade com os estudantes bacharéis em direito da época, que tinham seus cursos voltados para a retórica e as letras. A partir do exemplo da Escola Militar da Praia Vermelha e da rivalidade dos estudantes militares com os bacharéis de direito, podemos observar mais uma evidência da concepção de militares como superiores e mais preparados em relação aos civis, pois, de acordo com Castro (1995), os estudantes da escola da Praia Vermelha, acreditavam praticar a verdadeira ciência, tendo acesso a um currículo mais técnico e útil para a sociedade. Dentro da escola funcionavam clubes e encontros literários, onde os estudantes entravam em contato com ideias políticas e debatiam questões nacionais, dentre elas o abolicionismo, do qual muitos estudantes eram simpatizantes. Segundo Castro (1995), as correntes políticas mais presentes na escola, eram o positivismo e darwinismo social. Um dos professores da Escola Militar da Praia Vermelha, foi Benjamin Constant, um dos principais personagens do golpe que proclamou a República no Brasil.

Nesse processo de participação ativa dos militares na política interna do país, também é importante nos atentarmos às interações políticas existentes entre os militares e a sociedade civil. Ao longo da história, em diferentes momentos do país, uma parcela da sociedade civil recorreu aos militares para intervir em seu favor na política, como

também houve alianças entre militares e determinados setores da sociedade civil, nos momentos em que ocorreram golpes e intervenções militares na política nacional, conforme Rouquié (1990). Um caso demonstrativo dessa aliança entre setores da sociedade civil e os militares foi o Golpe de 1964, que contou com manifestações de rua, promovidas pelas classes médias, pedindo a destituição de João Goulart. O que fica claro nesses casos é que existe a crença em determinada parcela da sociedade civil de que podem, através de manifestações ou pressão, solicitar que os militares intervenham em seu favor na arena política. Um caso claro dessa concepção é o caso da União Democrática Nacional (UDN), partido que existiu entre 1945 e 1966, que tinha bastante apoio das camadas médias urbanas da sociedade e tinha o jornalista Carlos Lacerda como seu líder mais notório. Alguns quadros da UDN, como o próprio Lacerda, diante da incapacidade do partido em eleger seus candidatos na disputa presidencial, pois a UDN nunca venceu uma eleição presidencial, recorreram de forma reiterada aos militares, como por exemplo, na posse do Presidente Juscelino Kubitschek, em que a UDN defendeu que JK não deveria tomar posse pois não recebeu a maioria dos votos (50% + 1), em um momento que não havia eleição em dois turnos, e na posse de João Goulart como presidente, quando, na renúncia de Jânio Quadros, de quem Goulart era vice. O que fica claro nesses casos, é que diante da impossibilidade de obter a vitória eleitoral dentro do jogo definido pela constituição, a UDN buscou o apoio dos militares para obter a vitória sobre os adversários, mesmo que para isso a constituição vigente fosse rasgada. Outro exemplo das interações entre civis e militares, foi a aliança entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida durante a ditadura militar, com militares descontentes com o Governo Geisel, para criação da Frente Nacional de Redemocratização que apoiou a candidatura do General Euler Bentes Monteiro, visando derrotar a candidatura do governista João Batista Figueiredo, conforme Rouquié (1990, p. 144).

Em relação à crença de parcela da sociedade civil de que o Exército pode agir como seu salvador, podemos afirmar por meio da análise da história política brasileira que “o senso comum popular não apenas reconhece a legitimidade da política do Exército, mas também a recupera em momentos cruciais de crise política e a reelabora em diferentes formas de salvação da ordem [...]” (Aliaga, 2024, p. 241). Podemos perceber, portanto, que há na cultura política brasileira a crença de que o Exército poderá agir como um agente salvador da nação brasileira, contra as ameaças que são criadas ou imaginadas pela parcela da população que busca a intervenção nesses momentos de crise política.

Não se trata de episódios pontuais, mas da presença do componente militar na cultura política nacional, perpassando por vários momentos históricos, mesmo que com intensidades diferentes, como um arrefecimento que podemos observar no período pós-redemocratização. “Destarte, se podemos afirmar que a legitimação da ideia de intervenção militar pertence ao arcabouço mais amplo da cultura política brasileira, isto é, não se limita a momentos históricos pontuais ou a grupos específicos civis ou militares [...]” (Aliaga, 2024, p. 241).

É importante salientar que a forma e o conteúdo das intervenções são objeto de discussão no interior das Forças Armadas. É preciso considerar que as ideias dos militares não constituem um bloco homogêneo, como exemplo disso podemos citar as discussões sobre o desenvolvimento econômico brasileiro durante o período anterior ao Golpe Militar de 1964. Nesse período assistimos a um importante debate de política econômica no Brasil e esse debate se estendeu ao meio militar. De um lado, temos uma parcela da sociedade que defendia um nacionalismo econômico, com a criação de empresas estatais, nacionalização de empresas estrangeiras, taxação de remessas de lucro, numa concepção de que o papel do Estado seria fundamental como promotor do desenvolvimento econômico nacional. Do outro lado, temos uma parcela da sociedade que defendia o papel preponderante do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional. Ambos os lados, defendiam a necessidade de o Brasil desenvolver a sua economia, modernizá-la e desenvolver a sua indústria, superando o fato de ser um país agrário, mas por caminhos diferentes (cf. Rouquié, 1990). Schwartzman (2007) cita a existência de uma corrente que prega o desenvolvimento econômico com papel preponderante do Estado, o que significa dar ao Estado maior poder e aumento da centralização, diminuindo a autonomia das províncias e a liberdade política dos indivíduos, e uma corrente liberal, contrária ao papel do Estado no desenvolvimento econômico e crítica da centralização político-administrativa. A corrente liberal, embora pregue a adoção de um modelo político que amplie as liberdades políticas e individuais do cidadão, não permite que haja o uso do Estado para equacionar questões como a desigualdade social e ampliação dos serviços públicos para a população mais pobre.

De acordo com Rouquié (1990, p. 80) “Tratava-se de saber se o desenvolvimento industrial iria ser feito com ou sem capital estrangeiro, e qual seria o papel dos Estados Unidos nesse processo”. As oligarquias rurais, ainda egressas da República Velha, defendiam uma vocação do Brasil para o setor agrícola. As correntes militares, dividiam-se preponderantemente entre os nacionalistas econômicos e aqueles que viam na

participação do capital estrangeiro o caminho para desenvolver o Brasil. Estes últimos tornaram-se entusiastas da tese nas fileiras do Exército após a participação na Segunda Guerra Mundial e visita aos Estados Unidos da América, país tido como exemplo do desenvolvimento capitalista. Sabemos que a corrente econômica nacionalista na política nacional estava ligada ao getulismo, ao governo de JK e aos setores mais progressistas da sociedade, enquanto a corrente liberal, defensora da entrada de capitais estrangeiros e não-interferência do Estado na economia, estava ligada a UDN e aos setores conservadores. Apesar disso, no governo militar havia aqueles que defendiam uma linha econômica mais liberal, como ocorreu no governo Castelo Branco, enquanto outros defendiam um papel mais interventor do Estado na economia.

É importante salientarmos que quando nos referimos aos militares, como já ficou claro na forma em que se posicionavam em relação à economia, não estamos falando de algo homogêneo. Pelo contrário, dentro das Forças Armadas sempre existiram diferentes correntes, que se posicionaram de forma diferente nos vários momentos históricos e disputaram entre si a preponderância de sua respectiva corrente dentro do meio militar. Podemos citar como exemplo disso, a manobra legalista do Marechal Lott, garantindo a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, a candidatura do General Euler Bentes, pelo MDB no colégio eleitoral, contra o candidato indicado pelo Presidente Geisel, e as próprias resistências da linha dura do regime, ao processo de abertura política, episódios apontados por Rouquié (1990). Peixoto (1990) discute esse caráter heterogêneo das Forças Armadas, reconhecendo a existência de diferentes correntes políticas dentro da instituição, que são cooptadas e podem cooptar os setores civis, eliminando a ideia de que as Forças Armadas agem apenas por pressão dos civis, portanto, as Forças Armadas não são agentes passivos no processo político. No entanto, apesar do caráter heterogêneo das Forças Armadas, existe um cuidado de manter a unidade institucional, até pela organização hierárquica da instituição, as divergências políticas entre as correntes sempre existiram, mas com respeito aos mecanismos hierárquicos, salvo em raríssimas ocasiões. Os debates políticos não ocorriam apenas no interior das Forças Armadas, mas também no seu exterior.

O local privilegiado onde essas correntes se defrontavam até os anos 1960 era o Clube Militar, que, de acordo com Peixoto (1990), era um local onde as diferentes correntes disputavam a eleição pela presidência do Clube, eleição essa que, dada a importância do Clube Militar, recebia ampla cobertura da imprensa e atenção da sociedade civil, que tomava conhecimento do programa de cada facção do clube, dando

apoio a uma dessas facções. No Clube Militar as correntes políticas majoritárias das Forças Armadas realizavam o debate político da atualidade, tornando o Clube uma espécie de tribuna para os militares, fugindo da concepção de um clube recreativo. Embora o Clube não estivesse institucionalmente submetido ao Ministério da Guerra e as Forças Armadas enquanto instituição, é evidente que sobre os seus diretores e membros era exercida uma influência por conta da hierarquia existente dentro das Forças Armadas, não sendo o Clube um espaço inteiramente independente e autônomo em relação ao interior das Armas.

Após o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a aprovação de uma nova Constituição, recolocando o Brasil no caminho da democracia, notamos um arrefecimento na presença de militares no debate político brasileiro, embora possamos destacar que a presença de militares, ou pelo menos das ideias que legitimam as intervenções e ditaduras militares, nunca tenham sumido totalmente do debate público. Podemos citar como exemplo disso, uma entrevista dada por Jair Bolsonaro, em 1999, para a TV Band Rio, onde o então deputado federal defendeu a Ditadura Militar brasileira, a tortura, o fechamento do Congresso Nacional, dentre outras medidas inconstitucionais e antidemocráticas, e retornou ao programa semanas após a primeira entrevista com o mesmo discurso intervencionista.

Fica evidente que esse discurso nunca sumiu do nosso cenário político, apenas esteve restrito a pequenas audiências em um contexto pós-redemocratização. Com as redes sociais esse discurso pôde ser ampliado para as grandes massas e entrevistas como àquela de Jair Bolsonaro para a TV Band Rio, puderam ser compartilhadas e revisitadas a qualquer momento, além de poder receber novos sentidos, como aponta Santos (2022): “todavia, o discurso, ao circular no espaço digital da internet, na plataforma de vídeos do Youtube, produz novos efeitos de sentido, tendo em vista as particularidades da circulação do discurso no domínio digital” (Aguiar-Santos, 2022, p. 6). Outro recurso utilizado por Bolsonaro na entrevista é o de se dizer mero porta-voz da vontade popular, pois, segundo o então deputado o desejo de retorno a ditadura viria do próprio povo, buscando conferir legitimidade popular ao regime autoritário.

No Brasil, políticos como Jair Bolsonaro e movimentos da extrema-direita, antes restritos a pequenas comunidades na internet, ganham relevância após as Jornadas de Junho de 2013, ainda durante o governo Dilma Rousseff. As Jornadas de Junho, movimento que se iniciou com protestos contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, acabaram sendo capturadas por movimentos de extrema-direita com um

discurso anticorrupção e de defesa da moralização da política brasileira, além da negação aos partidos políticos tradicionais e ao sistema representativo. Caso semelhante ocorreu nos Estados Unidos, conforme Negri (2020), com o movimento Ocupe Wall Street.

Após as Jornadas de Junho e os movimentos de rua em favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff ficou evidente o poder de mobilização desses grupos por meio das redes sociais. Santos e Cortes (2020) apontam que em meio ao clima de protestos contra o governo Dilma Rousseff começaram a surgir no Facebook páginas que defendiam uma Intervenção militar como forma de depor o governo recém-eleito e sanar os problemas sociais e econômicos que eles acreditavam ser causados pelo governo petista, como a corrupção, aumento da violência e a pauta de costumes. Os autores destacam que “Nessas manifestações também surgiam os pedidos por “intervenção militar constitucional”, sobretudo por meio do enunciado “intervenção militar Já”, com adesão de usuários das redes sociais, em especial do Facebook” (Santos; Cortes, 2020, p. 3). Dessa forma o discurso pró-intervenção militar passou a circular de forma rápida nas redes e nas ruas, “[...] instaurando uma agitação na memória do militarismo que vigorou no Brasil através do regime militar entre 1964 e 1985” (Santos; Cortes, 2020, p. 4).

O mesmo Jair Bolsonaro que citamos anteriormente, foi eleito presidente da República nas eleições de 2018, trazendo um ex-militar de volta ao centro de poder no Brasil, dessa vez por meio do sufrágio. Acreditamos que os argumentos aqui expostos demonstram a presença de militares na política brasileira não como uma exceção, mas como algo constante, em diferentes momentos históricos, caracterizando o componente do militarismo e da busca de militares por parte de parcelas da sociedade civil, como algo integrante da cultura política brasileira.

CAPÍTULO II: A INTERVENÇÃO COMO SALVAÇÃO

A pesquisa mostrou a recorrência da ideia da Intervenção militar como salvação para o Brasil ao longo da sua história, reforçando nossa hipótese de que ela faz parte da nossa cultura política. Essa ideia foi expressa por diferentes atores civis e militares, está presente em diversos momentos cruciais de nossa história, desde a Primeira República, perpassando pelas ditaduras e chegando ao momento político contemporâneo, quando nos deparamos com multidões rogando pela Intervenção militar para salvar o Brasil.

Como demonstramos no capítulo anterior, a ideologia do soldado-cidadão, antes do início do primeiro período republicano brasileiro, incumbiu aos militares a tarefa de serem cidadãos ativos politicamente na sociedade, responsáveis pela promoção de mudanças necessárias. Bertholdo Klinger e Góes Monteiro buscaram dar legitimidade às intervenções militares ao atribuírem ao Exército a função de salvar a sociedade brasileira, além de atribuírem aos militares uma superioridade moral em relação aos civis, como observou Aliaga (2024): “entre os mais importantes sentidos [da intervenção militar], destacamos a ideia de superioridade moral dos militares em relação aos civis, o que os habilitaria a exercer uma função salvadora (ou saneadora) da ordem”.

Se no golpe que levou à Proclamação da República, os militares buscavam romper com a Monarquia e promover uma transformação pelo alto, no golpe de 1930, havia a adesão a uma agenda de rompimento com as oligarquias da República Velha. Apesar do discurso transformador e de rompimento com a ordem até então estabelecida, por conta das rupturas institucionais, as intervenções ocorrem para que o processo de mudança e modernização ocorra de forma controlada. Apesar do caráter reacionário da maioria das intervenções e tentativas de intervenções, podemos citar o “golpe legalista”, comandado pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, que assegurou a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Isso demonstra que as intervenções militares nem sempre possuem um caráter estritamente reacionário, mesmo com o elemento legalista temos a recorrência da ideia de que a salvação para o impasse ocorre por meio do recurso as Forças Armadas.

Em 1964 temos o golpe militar que resultou em uma ditadura militar que durou até o ano de 1985. Mais uma vez no golpe de 1964, temos a recorrência da ideia dos militares como salvadores, pois estariam salvando o Brasil da ameaça comunista representada pelo governo João Goulart e as reformas de base, que geraram medo nas classes médias urbanas e na elite econômica brasileira. É importante destacar que nesse período do golpe de 1964, as classes médias foram às ruas na Marcha da família com

Deus pela liberdade, demonstrando mais uma vez o quanto a ideia dos militares como interventores salvadores da pátria, está presente no imaginário de parcela da população brasileira (cf. Ferreira, 2020).

Durante a redemocratização que ocorreu após a ditadura militar (1964-1985), não tivemos a punição dos torturadores e assassinos que atuaram nos porões da Ditadura Militar. Diante da falta de punição aos torturadores, mesmo após a redemocratização, tivemos a continuidade do mesmo discurso que vigorou entre o período de 1964-1985, em algumas parcelas da população brasileira. Trazendo para nossa contemporaneidade, temos o estudo do discurso intervencionista no ambiente das redes sociais no Brasil. No ambiente contemporâneo das redes, vemos ascender não só o “velho” discurso intervencionista, mas a ascensão de uma extrema-direita conectada às redes sociais, que se utiliza das *Fake News* como um método de ação, além da tentativa de promoção do revisionismo histórico sobre a Ditadura Militar brasileira, que vigorou entre 1964 e 1985. Santos (2021) afirma que os conteúdos digitais intensificam o extremismo ideológico e a intolerância política, por meio do reforço das crenças pessoais. No ambiente das redes sociais, as pessoas passam a consumir e ouvir apenas a versão dos fatos que lhes são convenientes, reforçando suas crenças pessoais e isolando-se de opiniões divergentes que poderiam desmistificar essas crenças.

Em relação ao discurso intervencionista e ao militarismo, também podemos falar de uma nostalgia pelo período. Como aponta Schargel (2020), a leitura de 1964 como uma revolução não é uma inteira novidade, na verdade trata-se de um resgate do discurso oficial perpetrado pelo regime durante a sua existência. Na época, o regime se referia ao Golpe de 1964 como uma revolução, ou contrarrevolução, com o intuito de frear a ascensão de um suposto comunismo e pôr ordem no Brasil, em um ambiente político tumultuado. “[...] embora nunca tenha desaparecido completamente, cresceu nos últimos anos após a crise política levar milhares de pessoas às ruas pedir, entre outras coisas, uma intervenção militar no contexto federal” (Coelho, 2015, apud Schargel, 2020, p. 156). Na concepção de Schargel (2020) também contribuiu para o retorno do discurso intervencionista o fato dos militares nunca terem sido devidamente punidos por conta da lei da anistia de 1979, que, embora tenha anistiado os presos políticos do regime, também anistiou os militares pelos crimes cometidos no período, sendo uma vitória com sabor de derrota para a oposição ao regime.

Passando para a análise do conteúdo audiovisual do site “GolpeFlix”, que reúne mídias virtuais que circularam nas redes sociais entre o fim da eleição de 2022 e o 8 de

janeiro de 2023, observamos a recorrência da ideia dos militares como salvadores da pátria, por meio da intervenção militar. Mergulhando na visão de mundo dos militantes da extrema direita brasileira apresentados no site é possível perceber que na sua visão de mundo o Brasil já está vivendo uma ditadura. Essa ditadura que o Brasil está vivendo atualmente é chamada de “ditadura do STF”, pois, na narrativa dos “patriotas”, o Supremo Tribunal Federal estaria praticando censura contra os que buscam lutar por um Brasil melhor. Na chamada do primeiro capítulo da “GolpeFlix”, que apresenta um recorte dos vídeos que vêm a seguir, podemos ver que além dos “patriotas” da internet, parlamentares como Bia Kicis (PL-DF), Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Bibo Nunes (PL-RS) endossam a narrativa de que o STF estaria agindo de forma ditatorial no Brasil.

No primeiro vídeo do primeiro capítulo, a reunião de falas dos parlamentares citados acima, junto a de jornalistas dos veículos de comunicação “*Revista Oeste*” e “*Jovem Pan*”, como Ana Paula Henkel, Augusto Nunes e Adrilles Jorge, constroem a narrativa de que o golpe já foi dado, pelo Supremo Tribunal Federal. Neste primeiro vídeo, a deputada Bia Kicis (PL-DF) afirmou que o Supremo tem imposto a censura ao Brasil. A fala é complementada por Adrilles Jorge, falando que o povo está fazendo “um apelo aos militares junto aos quartéis”. Observamos que o discurso de ditadura do Supremo Tribunal Federal não é apresentado apenas pelos “patriotas” que estão nas ruas, mas ao ser dito por parlamentares que possuem mandato e comunicadores de veículos de comunicação, o discurso acaba ganhando maior endosso e legitimidade diante dos “patriotas”.

Podemos observar que na visão de mundo dos militantes intervencionistas não são eles que estão buscando implantar uma ditadura no Brasil. Os intervencionistas acreditam que estão lutando de forma legítima contra uma ditadura que já existe. No sexto vídeo do segundo capítulo do site, um grupo de mulheres com camisas da seleção brasileira e outras vestindo camisas com a imagem de Bolsonaro, de forma conjunta repetem os bordões “Forças Armadas, escutem com atenção, os ministros do Supremo traíram nossa nação. Forças Armadas, escutem com atenção, os ministros do Supremo merecem uma punição. Assine a Intervenção nosso amado capital.” Há um entendimento da realidade e uma visão de mundo bastante particular, onde as coisas se subvertem e se invertem.

No vigésimo vídeo do capítulo 5, os comentaristas da *Revista Oeste*, Ana Paula Henkel e Augusto Nunes, através do canal do *YouTube* da revista, afirmaram que o Supremo Tribunal Federal tem passado dos limites, emitindo decisões arbitrárias e inconstitucionais. No final de suas falas, Nunes e Henkel dão a entender que a única

solução para as arbitrariedades do Supremo, seria uma solução fora da constituição. Assim como em 1964, momento em que o governo João Goulart tentou pautas as reformas de base, acusados pelos reacionárias de serem uma tentativa de implantação do “comunismo”, a intervenção militar em 2022/2023 foi pedida com a justificativa de salvar o Brasil do “comunismo”. No momento pós-eleitoral de 2022, os “patriotas” pediram a intervenção militar para salvar o Brasil da ditadura do Supremo e também do comunismo. No trigésimo segundo vídeo do capítulo 2, um caminhoneiro afirmou que “Se o comunismo assumir, os nossos filhos e nossos netos que vão perder.” Os militantes intervencionistas não definem o que é o comunismo do qual querem ser salvos. No terceiro vídeo do segundo capítulo do site “GolpeFlix”, um caminhoneiro que esteve participando das manifestações que fecharam as rodovias após a divulgação do resultado da eleição, fez a seguinte afirmação: “Eu acredito na família. Eu acredito no Brasil. Fora comunismo.” Observamos nesse conjunto de vídeos a criação de um inimigo comum que aparece em diversos momentos. Os militares precisam salvar o Brasil, mas salvar do quê? Salvação contra quem?

No primeiro vídeo do segundo capítulo, um homem entrevistado no podcast “*Fala Glauber*”, transmitido no *YouTube*, afirmou que o “142 é garantia da lei e da ordem. Tem pessoas que estão com medo, porque não estão seguindo a lei e a ordem. 142 é para reestabelecer a lei e a ordem”. Percebe-se o uso da retórica em defesa da lei e da ordem como justificativa para a intervenção militar. Na visão de mundo dos militantes da extrema-direita, a lei e a ordem estariam sendo descumpridas pelo Supremo Tribunal Federal, sendo necessária a intervenção para a restituição da normalidade, para a volta da lei e da ordem. Nessa visão de mundo, a interpretação do que é a lei e do que é a ordem, bem como o que pode ser considerado ultrapassá-las, cabe aos “patriotas” e as Forças Armadas e não ao tribunal constitucional. O artigo 142 é citado como um mecanismo constitucional, que no entendimento dos militantes intervencionistas deve ser utilizado pelo presidente derrotado nas urnas.

No quinto vídeo do segundo capítulo, um dos militantes intervencionistas afirmou que “não vamos nos render. Não vamos entregar o Brasil na mão de um ladrão vagabundo como o Lula. Artigo 142, já”. Na noite do segundo turno das eleições presidenciais, após a divulgação do resultado da vitória de Luís Inácio Lula da Silva, caminhoneiros começaram a fechar rodovias em algumas localidades, com o objetivo de provocar as Forças Armadas a realizarem uma intervenção militar, como demonstraram o terceiro e quinto vídeos do capítulo 2. Esses vídeos indicam a existência da crença da parte desses

militantes de que a partir da manifestação do seu desejo pela intervenção, o Exército agirá em socorro aos manifestantes e realizará a intervenção. É um entendimento bastante simples do processo de uma intervenção armada, deixando de lado a complexidade que envolve esse tipo de operação, como por exemplo, o ambiente de relações internacionais, sanções econômicas e questões de ordem constitucional.

O sexto, oitavo e nono vídeos do capítulo 2, do site “GolpeFlix”, trazem imagens de soldados em ações e treinamentos militares. Este tipo de imagem compartilhada nas redes sociais, nos momentos em que os “patriotas” estavam em frente aos quartéis, traz a ideia de que os militares estavam se movimentando para salvar os “patriotas” e atender aos pedidos de intervenção militar. Embora não se tenha nenhuma evidência factual de uma movimentação militar neste sentido, as imagens foram compartilhadas nas redes sociais, criando uma espécie de realidade paralela que alimenta a esperança dos “patriotas” terem os pedidos de intervenção atendidos.

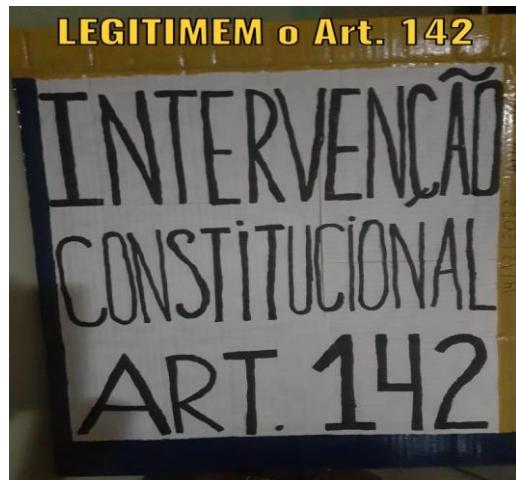
Na retórica dos “patriotas” não há menção a Intervenção militar como um golpe de estado. Os grupos nas ruas e nas redes sociais, utilizam expressões como “intervenção constitucional”, “intervenção federal”, demonstrados nas imagens 1, 4, 5, 7 e 8 do segundo capítulo do site “GolpeFlix”.

Figura 1: Cartaz fazendo referência as possibilidades de Intervenção militar.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

Figura 2: Cartaz em defesa do artigo 142.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

Figura 3: Post convoca a população a pedir intervenção federal.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

Ao não se referir a intervenção solicitada como um golpe, os militantes intervencionistas buscaram dar ares de legitimidade à ação, às manifestações e definir a intervenção não como uma ruptura constitucional, mas como uma medida prevista na Constituição, a qual o povo possuiria direito e legitimidade em solicitar. É importante destacarmos que as narrativas apresentadas pelos grupos que pediam intervenção militar não são consensuais sobre qual medida deve ser adotada. A imagem 9, do segundo capítulo, orienta os “patriotas” a não buscarem o artigo 142, ou a intervenção militar, mas solicitar uma intervenção federal, pois esta seria a medida mais adequada no momento. Embora o nome utilizado possa ser diverso, todos convergem no sentido de defender uma

intervenção armada feita pelos militares, para salvar o Brasil do Supremo Tribunal Federal ou do “comunismo” representado pelo candidato vitorioso nas urnas em 2022.

Conforme podemos conferir na nona imagem do capítulo 2, no entendimento dos grupos intervencionistas, o artigo 142 necessitava de aprovação do Congresso, coisa que não aconteceria, pois o Congresso não aprovaria a decretação do artigo. Na intervenção militar, haveria necessidade de uma nova eleição após 3 meses e a Intervenção federal, iria anular o resultado das eleições, dissolver o STF e instituir um Tribunal Militar com poderes acima dos do STF. Bolsonaro permaneceria no poder por mais 4 anos, sendo, na visão de alguns manifestantes, o pedido de intervenção federal, o mais adequado a ser feito. A partir do conteúdo audiovisual do site “GolpeFlix” fica evidente que as narrativas de pedidos de intervenção não são coesas. Há a difusão de diferentes narrativas, com diferentes proposições, mesmo dentro dos grupos intervencionistas. Também chama a atenção, o fato de não sabermos exatamente de onde partem as narrativas, nem exatamente quem as criaram. A maioria dos vídeos e imagens com essas teses não possuem fonte nem autor específico, e assim acabam sendo replicadas e viralizando nas redes através do compartilhamento entre os próprios intervencionistas. O aplicativo WhatsApp também é importante para divulgação de áudios com a difusão das teses intervencionistas e a convocação de manifestações.

No décimo segundo vídeo do capítulo 2 do site “GolpeFlix”, um homem que não pode ser identificado convocou a população para se fazer presente em uma das manifestações em frente aos quartéis. O interlocutor do vídeo, segurou a camisa que estava vestindo, que era uma camisa da seleção brasileira e afirmou que “essa camisa jamais será vermelha.” Dando continuidade ao discurso, o interlocutor afirmou que “amanhã é o dia da manifestação que vai salvar a pátria desses ratos comunistas”. Observamos que o interlocutor apresentou a crença na intervenção militar como um meio para salvar o país dos “ratos comunistas”, trazendo a situação do Brasil na época como uma emergência nacional pela qual as pessoas precisariam se mobilizar nas ruas, para provocar a intervenção militar que salvaria o Brasil. Por trás do homem que fala no vídeo, são apresentadas imagens de soldados em formações, veículos das Forças Armadas e ações militares. O recurso às imagens de ações militares acabam sendo uma demonstração de força e capacidade de mobilização das Forças Armadas, que estariam prontas para agir em defesa dos “patriotas”.

Chama atenção a forma como os manifestantes se referem ao presidente eleito, com os termos de “ladrão”, “vagabundo” e “presidiário”, conforme podemos ver no

décimo sétimo vídeo do capítulo 2. No décimo quarto vídeo do capítulo 2, manifestantes com bandeiras do Brasil, repetiam o bordão “Lula ladrão, seu lugar é na prisão”. Quando a data de posse de Lula se aproximava, os manifestantes bolsonaristas passaram a utilizar o bordão “o ladrão não sobe a rampa”, conforme fica evidente nos vídeos 1, 3 e 4 do quarto capítulo. Ao se referir dessa forma ao presidente eleito, os manifestantes parecem buscar associar Lula a tudo que existe de ruim na sociedade, demonizando sua figura, buscando deslegitimá-la e consequentemente torná-lo alguém que não era digno de exercer a Presidência da República, mesmo que tenha sido eleito para essa função. Na imagem 8 do capítulo 5, além do ataque ao presidente eleito, a legenda da imagem afirma que “o PT está fechado com o crime, nada mais justo do que atacar o crime para mostrar que o PT está encurralado.” No quarto vídeo do capítulo 8, uma pessoa que não pode ser identificada, recepcionava e entrevistava algumas pessoas que chegaram em ônibus vindos de Londrina, no estado do Paraná. Os entrevistados, apontaram que a eleição de Lula foi fraudada e que estavam em Brasília para impedir que o Brasil fosse roubado pelos petistas, além de classificarem o presidente eleito como “ladrão, marginal, vagabundo e genocida”. Além disso, buscava-se construir uma diferença entre Lula e o então presidente Bolsonaro, que seria um militar corajoso e honesto, carregando as qualidades desejadas pelos “patriotas” para governar o Brasil.

Figura 4: ataques contra o presidente eleito.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

No décimo quarto vídeo do capítulo 2, um grupo que está em frente ao Comando Militar do Exército, em Campo Grande no estado do Mato Grosso do Sul, receberam com

palmas e gritos de euforia um comboio do Exército que chega ao batalhão. Os militantes intervencionistas viam a movimentação como uma evidência de que o Exército estava se preparando para realizar a intervenção militar. Os militares foram recebidos como se fossem heróis salvadores da pátria, e assim que eles eram vistos pelos militantes intervencionistas. No podcast do Ítalo Lorenzon, demonstrado no décimo sexto vídeo do capítulo 2, o entrevistado Henrique Oliveira afirmava que as manifestações poderiam dar resultado “se as pessoas lotarem e permanecerem nas ruas.” O próprio então presidente Jair Bolsonaro, realizou uma fala em que repassou a responsabilidade de salvar ao Brasil aos seus próprios seguidores. Em uma fala realizada em frente ao Palácio do Alvorada, diante de vários apoiadores, disponibilizada no terceiro vídeo do sexto capítulo do catálogo digital “GolpeFlix”, Bolsonaro afirmou que “não é eu autorizo não, é o que eu posso fazer pela minha pátria. Não é jogar a responsabilidade para apenas uma pessoa”. No décimo sétimo vídeo do capítulo 2, uma entrevistada no podcast do Monark, afirmava que as pessoas estão se mobilizando de forma autônoma. As falas feitas por entrevistados nesses podcasts e pelas autoridades políticas ajudavam a manter as pessoas mobilizadas em torno da pauta intervencionista e ao mesmo tempo atribuíam aos militantes intervencionistas uma responsabilidade de se mobilizarem em frente aos quartéis ou nas ruas, caso quisessem que algo fosse feito para que Lula não assumisse a Presidência da República.

As pessoas que estavam mobilizadas nas ruas eram colocadas como um elemento central para que a intervenção militar pudesse ser bem sucedida. No vigésimo nono vídeo do capítulo 2, do canal do *YouTube* do “*Hipócritas*”, um homem discursava em frente aos manifestantes bolsonaristas e afirmava que “a maior luta do povo brasileiro tem que ser essa, urnas fraudadas. O nosso movimento não tem um líder. Tem que ser o povo pelo povo. Em 1964 foi o povo que se levantou e conquistou a liberdade.” Pelos vídeos, percebemos que a salvação não viria apenas da força armada dos militares, mas dos próprios militantes intervencionistas ao “lutarem” pela intervenção, pois também estariam agindo como salvadores do Brasil. No segundo vídeo do capítulo 6, um homem em cima de um trio elétrico em Brasília durante uma manifestação, pedia que as pessoas venham para Brasília pois “o presidente falou ontem que o meu destino e o destino das Forças Armadas só depende de vocês.” No trigésimo sexto vídeo, do capítulo 2, um homem discursando para a multidão em um acampamento, afirmava – em alusão a uma passagem bíblica – que “muitos foram chamados, poucos foram os escolhidos. Nós fomos chamados para salvar o nosso país.” Além de destacar a necessidade de ação para o

Brasil fosse salvo, o homem que discursava fazia com que os manifestantes presentes no acampamento, se sentissem especiais, por terem “despertado” em relação à situação do Brasil e estivessem entre os poucos que foram chamados para essa missão. O ex-presidente Jair Bolsonaro também realizou uma fala que ajudou a fazer com que seus seguidores e manifestantes que pediam a intervenção militar, se sentissem brasileiros especiais que despertavam em relação à situação do Brasil e acessariam uma “verdade” que ainda não foi acessada pelo restante da população. No terceiro vídeo do capítulo 6, Bolsonaro afirmava que “nunca é tarde para acordarmos e sabermos a verdade.”

Bolsonaro fazia um pronunciamento após 40 horas do resultado das eleições, fazendo uma fala ambígua, demonstrada no vigésimo quarto vídeo do capítulo 2, em que condenava a violência em manifestações e obstrução de rodovias (em vídeo divulgado nas redes sociais), mas dizia que as manifestações eram bem-vindas. Mesmo após essa fala, Bolsonaro não reconheceu o resultado da eleição. Como em seu pronunciamento, Bolsonaro não reconheceu o resultado da eleição, isso foi interpretado pelos manifestantes que eles estavam no caminho certo e precisavam continuar nas ruas para que a intervenção obtivesse sucesso, como podemos ver nas imagens 11, 12 e 13, conforme ordem apresentada no capítulo 2. Observamos que o não reconhecimento do resultado da eleição, serviu de estímulo para o prosseguimento das manifestações. O vigésimo nono vídeo do capítulo 2, trata-se de uma fala de um membro do canal humorístico “*Hipócritas*”, afirmando que “a gente pretende ficar na rua, até que a liberdade seja conquistada”. É importante nos atentarmos ao conceito de liberdade evocado pelos manifestantes, para justificar as manifestações. No entendimento dos manifestantes e do próprio Bolsonaro, eles estariam apenas exercendo a liberdade de manifestação garantida pela Constituição, contendo a ironia, que esse exercício irrestrito de liberdade, teria o objetivo final de acabar com a própria Constituição e a democracia no Brasil. Portanto, os cidadãos poderiam se sentir livres para atentar contra a democracia, solicitar soluções de força e prisão de indivíduos que eram apontados como “comunistas”, no entanto, não deveria existir liberdade para que alguém assumisse um gênero diferente do masculino/feminino, pois isso seria a destruição da família. O conceito de liberdade evocado pelos patriotas também excluía a liberdade da luta por direitos sociais, pelo contrário, grupos que lutam por direitos sociais, eram entendidos por essa parcela da população como “comunistas” que deveriam ser combatidos e tratados como verdadeiros inimigos do país.

As manifestações foram transmitidas ao vivo por alguns manifestantes, que eram monetizados pelas plataformas de acordo com a quantidade de visualizações, além de receberem doações por pix de quem acompanhava as transmissões de casa. Observamos que além do caráter ideológico presente nas manifestações, elas também se tornaram algo rentável para quem fazia as transmissões e cobertura. O site GolpeFlix refere-se a esse tipo de manifestante como o “golpista empreendedor”. Alguns dos canais que fizeram a transmissão e cobertura das manifestações foram os canais *Jornal Cidade Online*, *Francisco Mello Oficial* e *Vlog do Lisboa*, estes últimos sendo um dos poucos influenciadores presentes nos vídeos que apresentava uma linguagem e estética mais próximas a das classes populares do Brasil. Outro canal que visitava os acampamentos, foi o canal humorístico “*Hipócritas*”, demonstrando que a militância e as transmissões não eram exclusivas de canais que tratavam de política e notícias. Os vídeos com as transmissões dos canais citados são os vídeos 29, 30 e 31, conforme a ordem disponibilizada no segundo capítulo da “GolpeFlix”.

Um dos argumentos utilizados pelos intervencionistas para afirmar que existe uma necessidade de intervenção militar no Brasil, é o argumento que a vitória de Lula como presidente teria ocorrido após uma fraude eleitoral. São divulgados nas redes sociais vídeos e áudios gravados por bolsonaristas nos locais de votação, dando a entender que tem havido uma fraude generalizada no processo eleitoral, como demonstram o primeiro, segundo e terceiro vídeos do capítulo 3. No primeiro vídeo do capítulo 3, um homem que se identificava como vendedor de galinhas afirmava que realizava uma aposta no valor de R\$ 10 mil reais na vitória de Bolsonaro e que por conta disso teria absoluta certeza de que votou em Bolsonaro, mas em sua seção não apareceram votos para o candidato Bolsonaro. O homem encerrava o vídeo perguntando “Não tem um voto na minha urna, no 19. Pra onde foi meu voto? Eu ia votar contra meus 10 mil?”. O segundo vídeo do capítulo soma a porcentagem dos candidatos em cada região, soma e divide pelo número de estados e afirma que Bolsonaro teve mais votos que o candidato Lula. O quarto e quinto vídeos sugerem que Lula obteve 100% dos votos em centenas de urnas, o que seria mais uma demonstração da alegada fraude. Esse conjunto de vídeos, áudios e imagens, com alegações de fraudes e manipulações no sistema eleitoral, criaram a percepção entre os “patriotas” de que a eleição tinha sido fraudada e que Bolsonaro foi o verdadeiro vencedor. É importante notar que, para que os conteúdos viralizassem, não era necessário que os vídeos tivessem provas contundentes, de modo que informações desencontradas,

coincidências e malabarismos estatísticos eram apresentados como provas irrefutáveis da fraude nas urnas.

No sexto vídeo do capítulo, compartilhado no canal do YouTube da rádio *Jovem Pan Bauru*, o radialista afirmava que os resultados do Nordeste eram divulgados por último para que o TSE pudesse inserir o número de votos necessários para Lula virar a eleição sobre Bolsonaro. Também eram questionadas medidas adotadas pelo TSE, como a gratuidade no transporte público no dia da votação. Outro questionamento apresentado na rádio *Jovem Pan Bauru* foi a diminuição da abstenção do primeiro para o segundo turno, como mais uma evidência de fraude nas urnas. No vídeo também eram citados episódios de eleitores bolsonaristas que foram votar, mas alguém já havia votado em seu lugar. Uma eleitora em vídeo afirmava que não conseguia encontrar a sua seção no site do TSE. A rádio *Jovem Pan Bauru* (atual *Auriverde Brasil*), comandada pelo radialista Alexandre Pittoli, foi um dos principais veículos de comunicação a difundir a narrativa extremista. Pittoli, evitava afirmar diretamente que houve fraude nas urnas, apenas veiculando no seu programa os vídeos que estavam sendo compartilhados nas redes sociais, e cobrava explicações do TSE. Dessa forma, Pittoli conseguia fazer com que os vídeos chegassem ao seu público, sem atacar diretamente o TSE, buscando se precaver de problemas jurídicos. Essa tática foi repetida por outros influenciadores e comunicadores bolsonaristas.

No décimo segundo vídeo do capítulo 6, o comentarista da *Revista Oeste*, Adrilles Jorge, em entrevista com o Senador Plínio Valério (PSDB-AM), defendeu que os manifestantes se retirassem dos quartéis, e passassem a protestar em frente ao Senado e dos veículos de imprensa, por maior transparência nas urnas e realização de impeachment de ministros do STF. Esse tipo de declaração, foi mal-recebida nos acampamentos, que desejavam a decretação de uma intervenção militar. O décimo terceiro vídeo do capítulo 6, também publicado no canal do YouTube da *Revista Oeste*, o comentarista Augusto Nunes, comentava a divulgação de uma carta de militares da reserva, afirmando que o STF “impôs ao Brasil um regime de exceção”. Augusto destacava a boa formação escolar e intelectual dos militares, e por isso, eles seriam bons intérpretes da situação nacional. Uma fala como a de Nunes reafirmava a crença de que os militares poderiam agir como intérpretes da Constituição e do momento político nacional adequado para realizar uma intervenção, como possuíam legitimidade e conhecimento para realizar comentários e avaliações sobre o cenário político brasileiro, resgatando a ideia citada anteriormente de que os militares seriam mais capazes que os civis.

No dia anterior ao 8 de janeiro, quando a militância bolsonarista se organizava para realizar a manifestação golpista que resultou na depredação dos prédios do três Poderes em Brasília, em um vídeo (disponibilizado no capítulo 8, vídeo 5), uma mulher que não pode ser identificada convocava a população para comparecer à festa da “Selma”, em referência a “Selva”, uma das palavras de ordem/guerra utilizadas pelos grupos intervencionistas para fazer referência a ações militares. A primeira imagem do capítulo 8, traz a legenda “Tomada de poder pelo próprio povo”. Embora os movimentos sejam em apoio à permanência/volta (após 1 de janeiro de 2023) de Jair Bolsonaro ao poder, a tentativa de fazer com que o movimento fosse autônomo, feito pelos próprios intervencionistas, sem uma organização central e sem vinculação a partidos políticos. A tentativa de fazer com que o movimento não tenha vinculação político-partidária, poderia significar a tentativa de torná-lo mais legítimo, mas também poderia representar a vontade dos manifestantes em negar e se distanciar das instituições políticas de uma democracia liberal como um todo. Ao não enxergar legitimidade nas instituições políticas, na democracia e nos partidos como meios para resolução dos conflitos políticos e sociais, “só” restaria aos grupos intervencionistas buscar salvação nas Forças Armadas que representariam a instituição na qual eles ainda poderiam ter confiança.

Os manifestantes golpistas acreditavam que com a invasão às sedes dos três Poderes, tivessem tomado o poder no Brasil e estivessem fazendo história. No terceiro vídeo do oitavo capítulo, uma mulher filmava os manifestantes saindo do QG em direção à Praça dos três Poderes, ela afirmava que “se você realmente for atrás desse povo que quer ficar no QG, você vai ser parte de um povo que não conseguiu fazer história.” No primeiro vídeo do capítulo 8, um homem gravava as pessoas subindo a rampa do Palácio do Planalto e mandava uma mensagem para seus familiares. O entusiasmo era evidente na fala do “patriota”, que acreditava finalmente estar realizando a esperada salvação do Brasil. O quarto vídeo do capítulo 8, trazia um homem que estava presente na manifestação, em meio à multidão ele gritava que o “o Brasil é nosso. Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”. Neste momento os intervencionistas acreditavam estar realizando a libertação do Brasil. O bordão “ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil” era repetido por outros manifestantes no vídeo. Evocando a ideia de supremacia do povo, a todo momento os manifestantes traziam a ideia de que agora o povo estaria tomando o poder para derrubar a ditadura do Supremo e impedir que os brasileiros fossem escravizados e roubados pelo PT. No quinto vídeo do capítulo 8, um homem afirmava que o “O povo assume o Congresso Nacional. Todos com sangue nos olhos.” Os

manifestantes acreditavam estar fazendo um bem para o país ao assegurarem um futuro melhor para todos. A revolta direcionada ao Supremo Tribunal Federal, em especial à figura do ministro Alexandre de Moraes, fica evidente no vigésimo sétimo vídeo do capítulo 8, no que algumas senhoras comemoram terem arrancado a porta e os sofás do gabinete do ministro. No vigésimo primeiro vídeo do capítulo 8, há a repetição do bordão “SOS Forças Armadas”, o mesmo utilizado nos acampamentos, desta vez ecoado pelos manifestantes envolvidos na invasão aos três Poderes com o intuito de provocar uma intervenção militar. Um homem que falava no microfone repetia o bordão “S.O.S Forças Armadas. Nós estamos aqui precisando de socorro. Nós não queremos ser escravos.” O vídeo demonstrava que o intuito dos presentes ao invadir os prédios dos poderes da República, era provocar uma intervenção militar. Isso ficava muito claro desde o início das manifestações, ainda nas ruas com bloqueios de estradas e posteriormente nos acampamentos em frente aos Quartéis Generais, se concretizando com a invasão aos prédios no dia 8 de janeiro. Os próprios manifestantes filmavam a si mesmos e aos seus companheiros, falavam com familiares que estavam assistindo aos conteúdos e demonstravam ter orgulho do feito “heroico” que estavam fazendo.

Após a invasão, conforme o site GolpeFlix, centenas de pessoas foram presas pelos atos de atentado ao estado democrático de direito, no dia 8 de janeiro, enquanto nas redes sociais, parlamentares bolsonaristas defendiam os detidos e afirmavam que a responsabilidade dos atos violentos era de infiltrados pela esquerda e pelo PT.

CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DO “PATRIOTA”

A pesquisa evidenciou também que os militantes intervencionistas apoiavam-se na ideia de defesa da pátria e se viam como “patriotas” que lutam pelo Brasil. A partir da análise do conteúdo audiovisual do catálogo digital “GolpeFlix”, buscamos entender qual o entendimento os militantes intervencionistas possuíam do que seria a pátria e quais pessoas poderiam ser consideradas patriotas.

A ideia de intervenção militar, assim como em outros momentos da história, serviu de pauta para mobilizar uma parcela radicalizada da sociedade brasileira entre o final da eleição de 2022 e o 8 de janeiro de 2023. No primeiro vídeo do segundo capítulo do site “GolpeFlix”, um entrevistado no podcast *Fala Glauber* afirmava que “142 é garantia da lei e da ordem. “Tem pessoas que estão com medo, talvez porque não estejam seguindo a lei e a ordem.” No quinto vídeo do capítulo 2, um homem, com boné contendo a inscrição “Bolsonaro 2022”, repetia o bordão “Não vamos nos render. Artigo 142, já”. Esse tipo de fala, que colocava o Brasil vivenciando uma situação institucional atípica, servia para criar nos patriotas a necessidade de mobilização. Era preciso que se mobilizasse contra alguma coisa, pois era nas situações de crise que a população precisava se mobilizar. Além da alegação de que a intervenção militar se fazia necessária devido à “ditadura do STF”, os incentivadores das manifestações em frente aos Quartéis Generais incitavam o medo nos manifestantes bolsonaristas de que sob um novo governo Lula, o Brasil poderia virar uma nova Venezuela ou Argentina, como demonstra a fala da atriz Cássia Kiss no vigésimo quinto vídeo do capítulo 2. A população precisaria se levantar para impedir que o Brasil se tornasse um país “socialista”, tal como seriam Venezuela e Argentina. No trigésimo vídeo do segundo capítulo, um caminhoneiro entrevistado em um dos acampamentos golpistas, localizado em Brasília, afirmava que “se o comunismo assumir, nossos filhos e nossos netos irão perder”. Destacamos que não há uma definição sobre o motivo de Venezuela ou Argentina serem considerados países socialistas e nem a menção do fato do Partido dos Trabalhadores ter governado o Brasil em outras ocasiões e o Brasil não ter se tornado um país socialista. Percebe-se que o mais importante era utilizar uma narrativa que despertasse os temores na militância intervencionista. Não há uma preocupação em conferir uma coerência ou amparar as afirmações em algo factual.

Precisamos salientar que as mobilizações mais recentes em torno da pauta da intervenção militar não sugeriram apenas após a eleição presidencial de 2022, mas desde o

início da crise de 2013 podemos apontar que houve um retorno gradual da pauta da intervenção militar como uma opção para resolver os impasses políticos e econômicos do Brasil. Santos e Cortes (2020) apontam que, em meio ao clima de protestos contra o governo Dilma Rousseff começaram a surgir no *Facebook* páginas que defendiam uma intervenção militar como forma de depor o governo recém-eleito e sanar os problemas sociais e econômicos que eles acreditavam ser causados pelo governo petista, como a corrupção, aumento da violência e a pauta de costumes. Os autores destacam que “Nessas manifestações também surgiam os pedidos por “Intervenção militar constitucional”, sobretudo por meio do enunciado “Intervenção militar Já”, com adesão de usuários das redes sociais, em especial do Facebook” (Santos; Cortes, 2020).

A divulgação de *Fake News* foi um elemento importante na mobilização dos “patriotas”, como podemos observar nos vídeos 9, 10, 11 e 12, do capítulo 8 da “GolpeFlix”. As imagens se tratavam da informação falsa de que o presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva havia falecido e quem aparecia de forma pública como Lula, na verdade era um sósia. No quadragésimo vídeo do segundo capítulo, uma senhora afirmava que “o que ele (Lula) roubou, não tá escrito. Ele deu uma fazenda para um dos filhos lá no Norte”. Foram difundidas várias notícias falsas resultando na crença entre os militantes intervencionistas de que o presidente eleito se tratava de um criminoso. A senhora do vídeo, ao acusar o presidente eleito de corrupto, sequer citava os processos respondidos pelo ex-presidente no âmbito da Operação Lava-Jato (processos esses que foram anulados), mas utilizava como argumento uma *Fake News*, de que o ex-presidente teria distribuído fazendas aos seus filhos na região Norte do país.

No âmbito da política, as informações falsas foram produzidas e difundidas em larga escala para incentivar o discurso de ódio, o preconceito e a discriminação, especialmente contra as minorias. As *Fake News* se tornavam uma ferramenta importante para ascensão da extrema-direita e o retorno do discurso intervencionista na sociedade brasileira. Destacamos que o uso das *Fake News* não ocorreu apenas no contexto político brasileiro, mas também em âmbito internacional, como ficou evidente na eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. No século XXI a extrema-direita diferencia-se de outros momentos históricos por:

Essa mistura explosiva de combinação de temas neoconservadores originados no continente europeu, como a xenofobia e islamofobia: dos Estados Unidos como a retórica anticomunista, a defesa do armamento, a guerra cultural,

contra pautas liberais nos costumes e, finalmente, o caráter tupiniquim baseado na convocação das Forças Armadas para a política e na associação entre direitos humanos como defesa do crime de bandidos (Azevedo; Lima, 2020, p. 7).

Nos cinco anos que se seguiram, após as Jornadas de Junho de 2013, tivemos a Operação Lava-Jato, uma crise econômica e o processo de impeachment de Dilma Rousseff, que levou Michel Temer ao poder, dando uma guinada à direita no governo brasileiro, conforme aponta Negri (2020) “[...] a direita se utilizou desses eventos como vetores críticos para revigorar o seu discurso e atingir os eleitores”. Em 2018, tivemos a eleição de Jair Bolsonaro, o mesmo deputado federal que anos antes, fez o discurso em defesa da Ditadura Militar no programa da TV Band Rio. Negri (2020) destaca que Bolsonaro sempre esteve presente em programas sensacionalistas, apresentando um discurso de ataque as minorias e aumentou o seu tráfego nas redes sociais a partir de 2010, apresentando alguns discursos, como a defesa de uma releitura sobre o Golpe de 1964, denominando-o de “revolução de 64”. Bolsonaro trouxe consigo a nostalgia de uma parcela da população em relação a Ditadura Militar brasileira e buscou reescrever a história sobre o referido período, contradizendo a historiografia oficial

Um elemento importante na construção do que é considerado pelos militantes intervencionistas que aparecem no catálogo digital da “GolpeFlix”, é o elemento estético. No trigésimo vídeo do segundo capítulo, caminhões enfileirados em um gramado próximo ao acampamento golpista em frente ao Quartel General de Brasília, trouxeram em suas cabines a bandeira do Brasil sobre a área do motor. Carros de passeio estacionados no mesmo gramado também trouxeram bandeiras do Brasil estendidas sobre o motor e pequenas bandeiras atadas a antena dos carros na parte superior. Para os “patriotas”, um dos maiores elementos para afirmação do seu patriotismo é o uso de elementos da bandeira nacional, seja através do uso da bandeira ou de roupas nas suas cores. Na visão de mundo dos “patriotas” a bandeira e suas cores correm o risco de ser maculadas com o vermelho do candidato vitorioso nas urnas na eleição de 2022. Dentre os carros mostrados no gramado próximo ao acampamento, podemos ver muitos veículos de modelo SUVs, Sedans e caminhonetes, demonstrando que provavelmente as pessoas que estão presentes nos acampamentos possuíam um alto poder aquisitivo, pois os modelos de veículos citados são considerados caros. No terceiro vídeo do segundo capítulo, um homem branco, utilizou uma camisa com as cores e a bandeira do Brasil estampada. Embaixo da camiseta, aparecia o nome “patriota”. Também chama atenção o

fato de que o homem estava falando em frente a uma loja Havan, que possui uma estátua da liberdade em suas lojas, em referência a um dos maiores símbolos dos Estados Unidos. O proprietário da Havan, Luciano Hang, é um notório apoiador do candidato derrotado nas eleições de 2022 e a escolha pela mobilização apresentada no vídeo ser em frente a uma loja de Hang que possui uma estátua da liberdade, demonstra que os “patriotas” não possuem problema em aparecer ao lado de símbolos e referências de outros países, desde que sejam países que são vistos como aliados ou inspiração de modelo econômico por parte dos militantes intervencionistas.

Os “patriotas” se apresentam como defensores da família, como no terceiro vídeo do capítulo 2 do catálogo digital “GolpeFlix”, onde um homem com a camiseta da seleção brasileira fazia a seguinte afirmação “eu acredito na família.” O termo “família” trazido pelos patriotas, não fazia referência as diversas composições familiares que podemos ter no Brasil, como as famílias que são compostas por mães solteiras, por crianças criadas pela tia ou a avó e famílias constituídas por casais do mesmo sexo. No vigésimo sexto vídeo do capítulo, um homem apresentava uma família que está presente no acampamento em frente ao QG de Brasília. O homem no vídeo buscava refutar o argumento de que as manifestações seriam manifestações antidemocráticas afirmando “Aqui tá uma família e duas crianças. Não tem bagunça, isso aqui que é democracia.” O entendimento de democracia por parte dos militantes “patriotas”, se resume a família, pátria e ordem. Na visão de mundo dos intervencionistas a valorização a esses elementos é o que caracteriza algo como “democrático”. Em seguida a palavra é passada ao pai da família, que estava acompanhado de sua esposa, ambos usavam camisas da seleção brasileira e óculos escuros, enquanto a mulher estava segurando uma bandeira do Brasil. Podemos observar que o homem falava em nome de toda a família, inclusive de sua esposa, que estava ao seu lado, mas permaneceu em silêncio, apenas balançando a cabeça em sinal de concordância ao que era dito pelo seu marido. O homem da família afirmava que estava presente no acampamento porque os próprios filhos (duas crianças) pediram para que ele lutasse pelo Brasil. Seguindo com o vídeo, o homem que realizava a cobertura do acampamento, entrevistou uma outra família, destacando que o fato de terem crianças e famílias presentes no acampamento golpista, faria com que os acampamentos não fossem antidemocráticos.

Sobre os acampamentos, no vigésimo quinto vídeo do segundo capítulo, um homem afirmava “aqui tem democracia. Aqui tem segurança. Aqui tem crianças. Aqui tem idosos. O movimento tá lindo.” Quando a fala foi passada ao pai da família, ele

afirmou que “aqui não tem nenhuma ação antidemocrática. Nós estamos aqui para lutar pelo futuro do Brasil. Não aceitamos esses partidos antidemocráticos aqui com a gente”. O entendimento que os “patriotas” possuíam de democracia não levava em consideração o regime político do país, as instituições ou os direitos e garantias individuais. Em nenhum momento no vídeo citado a democracia era definida como sinônimo de livre escolha, direitos e garantias individuais ou respeito ao processo eleitoral. No trigésimo vídeo do segundo capítulo, no canal *Francisco Mello Oficial*, um caminhoneiro de nome Patrick foi entrevistado por Francisco. Francisco acusava o influenciador Felipe Neto de praticar *Fake News* contra os caminhoneiros, e Patrick complementava afirmando que antes mesmo do resultado das eleições, “os caminhoneiros” haviam dito que iriam paralisar as atividades caso o candidato Jair Bolsonaro não fosse o vitorioso no pleito de 2022. A postura de Patrick demonstrava que não havia da parte desses “patriotas” o mínimo respeito ao sistema eleitoral brasileiro. No discurso dos “patriotas” que pediam a intervenção militar, não devemos ter uma eleição que permita a vitória do adversário, pois o único resultado que pode ser aceito é o da vitória do candidato de sua preferência. Não havia respeito a soberania popular e à vontade expressa nas urnas pela grande maioria da população. Na democracia dos “patriotas” não haveriam eleições, e se tivessem eleições, que fossem eleições de faz de conta apenas para referendar a vitória do candidato que eles acreditavam ser o melhor para o país. Patrick também expressava uma preocupação com a família, especialmente suas filhas. O caminhoneiro chamava o presidente eleito Lula de ladrão e ex-presidiário, e afirmava que caso Lula assumisse a presidência do país, ele não poderia afirmar para as suas filhas que roubar é errado, pois o Presidente da República seria um ladrão. O objetivo do vídeo era demonstrar que os acampamentos em frente ao QG eram compostos por famílias de bem, ordeiras e religiosas, idosos, cadeirantes e outras pessoas que eram vistas como pacíficas e incapazes de reproduzir atos de violência, em contraponto as manifestações “da esquerda” que na visão dos intervencionistas, teriam pessoas consumindo drogas e praticando baderna. Os acampamentos bolsonaristas seriam um “ambiente familiar”. A família a qual os militantes intervencionistas diziam defender, refere-se ao modelo de família nuclear, composto por um casal heterossexual e seus filhos.

Ser “patriota” na concepção dos militantes intervencionistas exigia da parte dos patriotas atos de sacrifício em nome da pátria. Essa era uma das formas que o patriota poderia demonstrar que era um verdadeiro patriota, através da entrega e do sacrifício pessoal em nome da causa. No vídeo 12 do capítulo 2, um dos homens que convocam

pessoas a comparecer nas manifestações, e para isso utilizava um trecho bíblico para reforçar a necessidade de os “patriotas” serem fortes e corajosos, pois o momento político exigia isso deles para que a intervenção fosse conquistada. Os militantes intervencionistas precisariam estar preparados para agir em nome da intervenção, mesmo que para isso fosse necessário partir literalmente para a guerra, conforme ficou demonstrado no vídeo 32 do segundo capítulo, em que o militante intervencionista afirmava que “se precisar de uma guerra aí”, estará a postos para enfrentar. No trigésimo quarto vídeo do segundo capítulo, um dos homens que convocavam a população a comparecer as manifestações golpistas, afirma “quem for brasileiro, que tiver sangue nos olhos, que se mexa.” Esse tipo de fala demonstra que é desejoso que os “patriotas” estejam prontos para a batalha, para o enfrentamento, e dispostos a guerrear pelo que acreditam ser o futuro do país. Isso contrasta com a tentativa de passar a imagem dos acampamentos como sendo um ambiente familiar, pacífico, composto por pessoas que seriam incapazes de reproduzir atos de violência.

No décimo primeiro vídeo do capítulo 2, um homem convocava os manifestantes para pedir a intervenção militar e falava da exigência de atos de sacrifício por parte da população, para proteger o país de um mal maior. “Vá pra rua. Leva comida. Meu irmão, o que é que são 72 horas perto de décadas de desgraça no nosso país.” Após a fala do homem, é exibido o vídeo de um suposto policial que falava aos militantes patriotas, que o ouviam atentamente. O suposto policial afirmava que “Nós temos que resistir 72 horas, para o presidente poder tomar uma atitude. A manifestação de forma pacífica, vocês vão ter o apoio das forças de segurança dessa maneira”. O apoio, mesmo que velado, de um membro das forças de segurança demonstra a simpatia que existia de alguns membros da segurança pública em relação a pauta de intervenção militar naquele momento. Os manifestantes intervencionistas demonstravam a crença nas forças de segurança, especialmente no Exército, como instituições salvadoras da pátria e meio de recurso para consertar os problemas da nação, mas a fala de apoio dita por um membro da segurança pública, na cosmovisão dos intervencionistas, confirmava que eles são o lado certo da história e possuíam aval das autoridades para a manifestação. No trigésimo vídeo do capítulo 2, o canal *Francisco Mello Oficial*, entrevistou um caminhoneiro que estava presente em Brasília, participando da manifestação bolsonarista junto a outros caminhoneiros. Antes do início da entrevista, Francisco mostrava vários caminhões enfileirados em um gramado e afirmava que os caminhoneiros estavam aguardando a chegada de outros caminhoneiros de diversas partes do Brasil. Ao entrevistar um dos

caminhoneiros, o homem que afirmava ser de Goiás, apresentava um sotaque característico daquela região, e afirmava que estava montando acampamento e ficaria presente “pelo tempo que precisar”. O caminhoneiro afirmava que estava disposto até mesmo a enfrentar uma guerra, “Se precisar de uma guerra aí.” Ao se dar conta do que foi dito, o caminhoneiro recuou no discurso e afirmou que não estava falando de uma guerra literal. O uso do termo guerra, seja no sentido literal ou no sentido metafórico, demonstra o quanto o homem está disposto a fazer sacrifícios pessoais em nome da causa. O caminhoneiro também afirmava ser autônomo e que estava sem ganhar dinheiro pois ao participar da manifestação golpista, não estava fazendo entregas: “O pessoal fala que caminhoneiro é vagabundo, mas a gente tá aqui deixando de ganhar e fazendo esse sacrifício em prol da nossa família.” Para o caminhoneiro, o sacrifício vale a pena, pois a recompensa seria ter um Brasil melhor, livre do PT. Ele salientava que “o que a gente tá brigando aqui hoje, não é algo pra agora.” Observamos que a ideia de sacrifício pessoal em nome da causa golpista, vai longe a ponto do sujeitar sacrificar o próprio sustento e de sua família, em nome da concretização da intervenção. Atos assim eram tratados como demonstrações de heroísmo e coragem.

Os caminhoneiros eram vistos como um segmento social vital para o sucesso das manifestações golpistas, pois a paralisação da atividade dos caminhoneiros, significava a paralisação da atividade econômica do país, a interrupção da entrega de mercadorias e gêneros alimentícios, “parando” o Brasil. Para o sucesso da intentona golpista, é vital a participação dos caminhoneiros. No trigésimo vídeo do capítulo 30, o caminhoneiro “Patrick” pedia para as pessoas olharem no armário de suas casas e verem o que está lá que não tenha passado por um caminhão. Seguindo com a fala, Patrick afirma que “até a água, a energia elétrica que você usa para carregar o seu celular. O seu celular passou em cima de um caminhão. Hoje o Brasil gira em torno de um caminhão”. Patrick também citava a greve de caminhoneiros realizada no ano de 2018, durante o governo Michel Temer, como um exemplo da capacidade que os caminhoneiros possuíam de paralisar o país. O mesmo caminhoneiro citava a importância do agronegócio para o país. Patrick afirma que “o Brasil e o mundo dependem do agro”. O caminhoneiro afirmava que as pessoas do agronegócio estão sendo solidárias a causa intervencionista. “Pessoal do agro tá fazendo o que tem que fazer. Tá fazendo seu papel”. Apesar de ter a ciência de que a paralisação dos caminhoneiros pode levar fome generalizada no país, o caminhoneiro afirma que “nós estamos correndo atrás dos nossos direitos. Nós não estamos oprimindo nem prejudicando ninguém.” A concretização da intervenção militar, na visão de mundo

dos militantes intervencionistas, não depende apenas da ação de Jair Bolsonaro e dos militares, mas também da ação dos “patriotas”. No décimo primeiro vídeo, do capítulo 3, um homem discursa para os manifestantes, utilizando uma camisa verde com a inscrição “o Brasil que queremos só depende de nós”. Para que o Brasil desejado pelos “patriotas”, pudesse se tornar realidade, é necessária a mobilização e ação dos “patriotas” em torno dessa finalidade.

Além dos caminhoneiros, observamos um empresário, no quadragésimo vídeo do capítulo 2, pedindo a adesão de outros empresários a um boicote em torno de causa da intervenção militar. O homem afirmava que os “patriotas” deveriam “ir as ruas e reivindicarem o desejo do seu coração”. O empresário afirmava que estava paralisando as atividades da sua empresa, que era uma fornecedora de autopeças. No segundo momento do vídeo, o empresário mostrava os trabalhadores da empresa sendo liberados, curiosamente, os trabalhadores da empresa utilizavam uma camisa amarela. A empresa ficava localizada na cidade de Brusque, em Santa Catarina e possuía uma filial na cidade e Maringá, no Paraná.

Embora demonstrassem bastante apreço pelas forças de segurança, especialmente as Forças Armadas, os militantes “patriotas” demonstravam uma rejeição aos políticos e aos partidos. No décimo primeiro vídeo do capítulo 2 do site “GolpeFlix” um homem que convocava as pessoas para as manifestações em defesa da intervenção militar afirmava que “se nós resistirmos 72 horas, sem políticos, absolutamente nenhum [...].” No décimo primeiro vídeo do capítulo 2, um homem afirmava que as manifestações “Não tem político nenhum. Porque os políticos vão vir pra dizer que agora não pode para tentar garantir o cargo”. Com essa fala, o militante intervencionista demonstrava sua desconfiança em relação a classe política, pois além de não querer a presença de políticos nas manifestações, ele demonstra que em sua visão os políticos, mesmo os da direita que apoiaram Jair Bolsonaro na eleição, pensam apenas nos seus próprios interesses e preferem manter-se no cargo para o qual foram eleitos (no caso dos governadores, deputados e senadores que foram eleitos em 2022) do que cancelar as eleições e perder o cargo eletivo. Os políticos agiriam pautados pelo autointeresse e preferiam manter-se no poder em detrimento do que é melhor para a pátria.

Figura 5: post encoraja pessoas permanecerem nos quartéis.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

Em relação as preferências partidárias, uma senhora, no capítulo 2, vídeo 40, afirmava que “a bandeira do Brasil é o partido”. Com esse tipo de fala, a militante intervencionista demonstrava que a ideia de pátria, símbolos nacionais e de Brasil, assim como a vontade de intervenção por parte dos golpistas, eram maiores do que qualquer partido político. Apesar de Jair Bolsonaro ser membro do Partido Liberal, não encontramos a presença de bandeiras, símbolos ou menções ao partido o qual Bolsonaro faz parte. Os “patriotas” demonstravam um desprezo por todo o sistema partidário,

expressando confiança apenas nas Forças Armadas. Em detrimento do partido, eram destacadas as qualidades pessoais de Jair Bolsonaro, no décimo sexto vídeo do capítulo 2 do site “GolpeFlix”, um homem com sotaque português destacava que “o vosso líder é um homem muito inteligente”, em referência a Bolsonaro. Com a fala, o homem demonstra a crença de que Bolsonaro é um líder político inteligente, habilidoso com capacidade de ação fora do comum para dar resposta aos anseios apresentados pelos militantes intervencionistas.

A definição do que é um patriota, de acordo com a visão de mundo dos militantes intervencionistas não se estabelece apenas pela definição da identidade dos manifestantes, mas também da diferenciação dos patriotas em relação ao restante da população que não seria patriota. No décimo primeiro vídeo do capítulo 2, da “GolpeFlix”, um suposto policial falava aos manifestantes em um microfone que “Não podemos se comparar [sic] aos bandidos, aos vagabundos. Nós somos brasileiros, cidadãos de bem e não vamos trabalhar igual vagabundos”. A fala do suposto policial buscava estabelecer uma diferença entre os manifestantes e entre os que não estão presentes na manifestação. Os que pedem a intervenção militar, são apontados como “cidadão de bem”, incapazes de produzirem atos de violência e depredação, diferente dos manifestantes “vagabundos”, que seriam os da esquerda, que estão no lado oposto aos “patriotas” e são vistos como baderneiros e violentos.

Figura 6: post pede prisão de membros do MST.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

No vigésimo quinto vídeo do capítulo 2, um homem presente no acampamento em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, fazia o seguinte comentário “engraçado que não tem lixo espalhado. Não tem briga. Não tem bagunça.”, em seguida, outro interlocutor no vídeo afirma que “são pessoas educadas, pessoas do bem. Não é pessoas que querem fazer vandalismo.” Os “patriotas” destacavam que os acampamentos em frente ao Quartel General eram um ambiente limpo e ordeiro, além disso o interlocutor destacava que se nas manifestações estivessem presentes pessoas de “esquerda”, o ambiente seria outro. A limpeza e a organização nos acampamentos eram utilizadas como exemplo da ordem que impera nos acampamentos e que os “patriotas” desejavam ver aplicada a toda sociedade através dos militares quando estes realizassem a intervenção. Outra diferença que os “patriotas” buscavam estabelecer entre as suas manifestações e as manifestações da esquerda, era que os patriotas estavam lá de graça, enquanto nas manifestações de esquerda as pessoas receberiam algum valor para comparecer aos atos, conforme podemos ver na fala dita no vigésimo quinto vídeo do capítulo 2, em que um cidadão afirmava “eu vim aqui de graça. Diferente de outras manifestações aí”.

No trigésimo vídeo do segundo capítulo, um caminhoneiro afirmava que as manifestações são autônomas, independentes e sem uma liderança central. O homem afirmava “ninguém manda em mim. Nós pagamos o combustível para estar aqui. Ninguém nos mandou vir aqui”. O objetivo era dar a entender que a manifestação ocorre de forma autônoma, apenas pela adesão espontânea daqueles que dela queriam participar. No vigésimo nono vídeo do segundo capítulo, um homem que discursava para a multidão afirmava “o movimento não tem um líder. Tem que ser o povo pelo povo. Em 1964 foi o povo que lutou e conquistou a liberdade”. Percebemos que entre os militantes intervencionistas permanecia uma memória manipulada sobre a ditadura militar e a crença de que o golpe de 1964 foi dado por conta de um movimento popular que clamou aos militares para que houvesse intervenção. O precedente histórico de 1964, alimenta a esperança de que o mesmo processo que ocorreu naquele período, poderia ser repetido em 2022/2023.

Ser cristão é um dos principais elementos presentes na construção do que é ser um patriota. A referência feita a religiosidade, símbolos e discursos religiosos são um elemento constante no material audiovisual analisado no site “GolpeFlix”. No vigésimo quinto vídeo do capítulo 2, entre os inúmeros manifestantes anônimos, surgiu a presença da atriz Cassia Kiss, em uma manifestação no Rio de Janeiro, Kiss ajoelhava-se para rezar, usando terços e crucifixos, além de um casaco que lembra algo próximo de uma

farda militar. O paramento usado por Cássia Kiss, junto a bandeira do Brasil, utilizada por outros manifestantes, simboliza uma aliança entre militarismo, patriotismo e cristianismo, que estão bem presentes nas falas e atos de outros manifestantes, que recorrem a orações para que haja uma ação divina para haver a Intervenção militar. No mesmo vídeo a atriz Cássia Kiss afirmava que “Bolsonaro deu pra gente de presente a verdade. Você quis mostrar e muita gente não quis ver. Muita gente tá alienada”. A fala da atriz no meio dos manifestantes intervencionistas, demonstra que Cássia Kiss e os demais bolsonaristas acreditavam que através das redes sociais e dos discursos em defesa da intervenção militar, conseguiram acessar uma verdade que não está ao alcance das pessoas comuns. Os militantes intervencionistas acreditam terem sido despertados em relação a uma alienação promovida pela mídia e pelos partidos de esquerda. Em outro momento do mesmo vídeo em que aparece a atriz Cássia Kiss, um idoso que se apresentava como residente de Brasília, mas nascido no Nordeste afirmava que já ter sido petista “pra te falar a verdade, eu já fui petista, mas as redes sociais me despertaram para a verdade. No primeiro mandato do Lula, eu votei nele”. A partir da fala do idoso no vídeo, podemos observar que nem todos os manifestantes presentes nos acampamentos golpistas eram pessoas que sempre votaram em candidatos da direita ou candidatos antipetistas, mas que a partir do momento que passaram a utilizar redes sociais e entrar em contato com o conteúdo radical de extrema-direita que circula de forma livre nas redes sociais, esses cidadãos se radicalizaram politicamente em direção a extrema-direita. Esses “patriotas” sentem que ao entrar em contato com as redes sociais deixaram de ser alienados e passaram a ter contato com uma verdade que não está presente nos grandes veículos de informação, por isso foram libertos pelos discursos de Jair Bolsonaro e demais lideranças políticas da extrema direita. O idoso estava acompanhado de sua esposa, também residente de Brasília e nascida no Nordeste, e enquanto o homem fazia sua fala, a mulher apenas exibe concordância diante das afirmações ditas pelo marido.

Figura 7: caminhoneiros participam de manifestação intervencionista.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

Figura 8: atriz Cássia Kiss aparece orando em manifestação bolsonarista



Fonte: Aos Fatos, 2023.

Ainda tratando do casamento entre o elemento político e o religioso, podemos observar que no sexto vídeo do capítulo 6, enquanto Bolsonaro fazia um discurso aos seus apoiadores no Palácio da Alvorada a sua esposa Michelle, aparecia ao seu lado ajoelhada fazendo uma oração. O próprio Bolsonaro fazia referências ao cristianismo em um discurso aos apoiadores, conforme podemos ver nos vídeos 3 e 4 do capítulo 6. Essas não são as únicas referências religiosas presentes nos vídeos. No vídeo 12 do capítulo 2, um homem que convocava as pessoas a comparecer nas manifestações bolsonaristas, citou um versículo bíblico, na fala “então pessoal, como diz lá em Josué: seja forte e corajoso.” No vídeo 36 do capítulo 2, também há referência a uma passagem bíblica, da parte de um patriota que buscava estimular o comparecimento nas manifestações, por meio da frase “muitos foram chamados, poucos são os escolhidos”.

A referência nos vídeos a passagens bíblicas, demonstra que os militantes “patriotas” possuem a bíblia e a religião como algo norteador e fruto de inspiração para suas ações. Podemos estabelecer a comparação que para os militantes intervencionistas a bíblia é a sua constituição. Com exceção dos vídeos que falam de forma superficial sobre o artigo 142 para poder legitimar institucionalmente a intervenção militar, não vemos referências a constituição brasileira como algo sagrado ou norteador da conduta moral dos indivíduos, ao contrário do que é estabelecido em relação a bíblia. No vídeo 40 do capítulo 2, uma senhora de idade afirmava que “Deus está com a mão estendida sobre a nossa pátria”, enquanto no sexto capítulo, no vídeo 3, um homem presente na manifestação intervencionista, afirmava que “estamos aqui por algo divino. Não tem

outra explicação. Estamos sendo provados aqui na Terra”. No décimo primeiro vídeo do sexto capítulo, a comentarista da rádio *Jovem Pan*, Ana Paula Henkel, afirmou que após a prisão do cacique Raoni, que era uma das lideranças dos acampamentos golpistas em Brasília, manifestantes bolsonaristas foram para a frente da delegacia em que o cacique estava preso para realizar orações pela sua soltura. No vigésimo quinto vídeo do capítulo 2, um homem presente no acampamento em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, afirmava que queria um Brasil onde Deus esteja acima de tudo, fazendo referência a um dos bordões da campanha bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” Os militantes “patriotas” parecem acreditar que a questão que envolve a intervenção militar não se trata apenas de uma questão meramente política, como uma batalha terrena que envolve a disputa por poder e hegemonia no país, mas também envolve forças sobrenaturais e por isso vale a pena o recurso ao sobrenatural para que a intervenção militar seja concretizada. As recorrentes citações a bíblia e as “forças divinas”, demonstram que para os “patriotas” a política e a pauta da intervenção não se limitam a meras questões de ordem política, econômica e social, mas que também possuem um componente espiritual, contrariando o princípio de um Estado laico. Tendo como base Azevedo e Lima, para estabelecer uma comparação entre a extrema-direita e o discurso intervencionista do início do século XX com o momento atual, além do discurso moralizante de combate à corrupção e do anticomunismo, podemos incluir a defesa da aplicação de políticas econômicas neoliberais, com a intervenção mínima do Estado na economia e cortes em políticas sociais, além do fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais.

Observamos, que além do caráter ideológico presente nas manifestações, elas também se tornaram algo rentável para quem fazia as transmissões e cobertura. O site GolpeFlix refere-se a esse tipo de golpista, como o “golpista empreendedor”. Alguns dos canais que faziam a transmissão e cobertura das manifestações, foram os canais *Jornal Cidade Online*, *Francisco Mello Oficial* e *Vlog do Lisboa*, estes últimos, sendo um dos poucos influenciadores que apresentaram uma linguagem e estética mais próximas às classes populares do Brasil. Lisboa além de ser um homem negro, utiliza gírias em suas falas, contrastando com a cor e postura dos comentaristas que aparecem defendendo as manifestações golpistas em veículos de imprensa, como a *Rádio Jovem Pan* e a *Revista Oeste*. Outro canal que visita os acampamentos é o canal humorístico “*Hipócritas*”, demonstrando que a militância e as transmissões não são exclusivas de canais que tratam

de política e notícias. Os vídeos com as transmissões dos canais citados, são os vídeos 29, 30 e 31, conforme a ordem disponibilizada no segundo capítulo da “GolpeFlix”.

Em Brasília acamparam-se pessoas de diversos estados do Brasil. Manifestantes vestidos de verde e amarelo, com bandeiras do Brasil, cantavam o hino nacional e nas manifestações eram tocadas músicas que remetem ao patriotismo e à ditadura militar, como a música “Eu te amo, meu Brasil”, interpretada dupla Dom e Ravel, conforme demonstra o trigésimo quarto vídeo do capítulo 2, que consiste em um compilado de vários vídeos e transmissões das manifestações. A letra da música “Eu te amo, meu Brasil”, é “eu te amo, meu Brasil. Meu coração é verde-amarelo, branco, azul anil. Eu te amo meu Brasil, eu te amo. Ninguém segura a juventude do Brasil.” Além da música da época do regime militar, os manifestantes intervencionistas cantam o hino nacional brasileiro como uma forma de demonstrar o seu patriotismo e amor à pátria, como podemos ver no vigésimo nono vídeo do capítulo 2, em que pessoas utilizando roupas nas cores verde e amarela cantavam o hino nacional.

É importante salientar que o nacionalismo e o patriotismo com o qual os manifestantes se identificam é limitado a expressões estéticas de símbolos nacionais, como o hino e a bandeira brasileiros, bandeira essa que frequentemente aparece mesclada à bandeira dos Estados Unidos da América e de Israel. No primeiro vídeo do capítulo 8, divulgado pelo *Terra Brasil Notícias*, no *Twitter* (atual *X*), vemos pessoas que chegavam ao QG do Exército em caravanas de diferentes partes do país. No segundo e terceiro vídeos do capítulo 8, pessoas se aglomeravam no QG do Exército, vestidas nas cores da bandeira nacional. Portanto, o nacionalismo dos intervencionistas não é um nacionalismo que remete à defesa das riquezas e recursos naturais brasileiros, ou a reafirmação de uma autonomia e independência do Brasil diante de países de primeiro mundo ou organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional). Em relação aos países de primeiro mundo, existe uma reverência dos “patriotas”, com o saudosismo à bandeira norte-americana e a de Israel. No caso do uso da bandeira de Israel, acredito que os manifestantes fazem o uso dela por Israel ser apontado na bíblia como um local sagrado para os judaico-cristãos, e não podemos esquecer da importância do elemento religioso dentro da cosmovisão dos “patriotas”. Outro elemento importante é a composição social das manifestações, pois não vemos operários de fábricas ou agricultores familiares, mas pessoas que aparecem pertencer às classes médias. Um caso apresentado no site GolpeFlix em que isso é notório, trata-se de um vídeo em que um empresário gravou um vídeo paralisando as atividades da sua fábrica com o objetivo de “parar o Brasil”, com

isso o empresário demonstrava a sua insatisfação com o resultado da eleição, além de pedir para que outros empresários fizessem o mesmo, conforme demonstrado no vigésimo oitavo vídeo do capítulo 2.

Figura 9: manifestantes utilizando a bandeira brasileira.



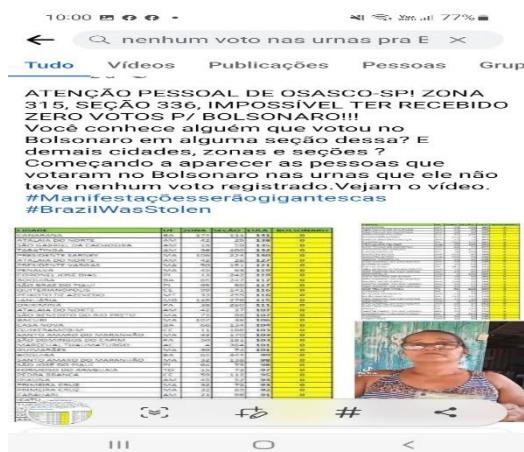
Fonte: Aos Fatos, 2023.

Medidas tomadas pelas plataformas digitais e por decisões do judiciário brasileiro para remover conteúdos considerados antidemocráticos foram vistas como censura e um atentado à liberdade de expressão e de manifestação dos “patriotas”. No trigésimo vídeo do capítulo 2, um caminhoneiro afirmava que “apesar de nós termos livre arbítrio, companheiros nossos foram bloqueados no *Instagram* porque estavam transmitindo a manifestação. E a liberdade de expressão tá onde?”. No entendimento dos manifestantes golpistas, deve haver liberdade para promover ataques a democracia e organizar movimentos que visam como finalidade a derrubada do sistema democrático e a posse de representantes devidamente eleitos, no entanto, em nenhum momento a palavra liberdade é trazida à tona como sinônimo de defesa das minorias, de promoção de uma sociedade que possua menos desigualdade e injustiças sociais. A liberdade evocada pelos “patriotas” é a liberdade para impor sua vontade de forma arbitrária, por meio da força, impondo aos demais cidadão a sua visão de mundo e suas escolhas. No vigésimo nono vídeo do segundo capítulo, que se trata de um vídeo do *Canal Hipócritas*, um homem que fazia parte do referido canal discursava para uma multidão no acampamento golpista em Brasília e afirmava que “ficaremos na rua até que a nossa liberdade seja conquistada.”

Os militantes intervencionistas acreditavam que as urnas na eleição de 2022 foram fraudadas. No vigésimo nono vídeo do capítulo 2, um homem discursava a um grupo de

pessoas em frente ao acampamento no Quartel General do Exército em Brasília. O homem afirmava que “a maior luta do povo brasileiro tem que ser essa. As urnas fraudadas, isso que tem que ser batido. Urnas?”. Após a pergunta, a multidão respondia “fraudadas”. A narrativa construída em torno das urnas, que contou não apenas com a disseminação de desinformação nas redes sociais, mas também com um endosso de autoridades do Ministério da Defesa, foi crucial para a mobilização em torno da intervenção militar. Para os objetivos golpistas era crucial gerar dúvidas em relação ao processo eleitoral e deslegitimar a vitória de Luís Inácio Lula da Silva. No décimo primeiro vídeo do capítulo 3, um homem discursava a apoiadores de Bolsonaro, em seu discurso o homem afirmava que “houve fraude no processo eleitoral, no primeiro turno, no segundo turno. Esse imundo, presidiário, vagabundo, não ganhou porra nenhuma.” No vídeo 35 do segundo capítulo, um homem discursava para a multidão que a “a nossa reação tem que ser agora. Não aceitamos o resultado das eleições. Saim pra ruas. Juntem-se aos caminhoneiros. Vão para as portas dos quartéis. Reaja, Brasil”.

Figura 10: post sobre a *Fake News* de fraude nas urnas.



Fonte: Aos Fatos, 2023.

No dia da diplomação de Lula, líderes de atos bolsonaristas foram presos. Conforme o site GolpeFlix, a noite acabou com atos de vandalismo no DF, mas a narrativa nas redes bolsonaristas era que os atos de vandalismo foram culpa de infiltrados, pois arruaça seria apenas coisa de esquerda. No canal do *YouTube* da *Revista Oeste*, conforme podemos conferir no décimo primeiro vídeo do sexto capítulo da “GolpeFlix”, a comentarista Ana Paula Henkel referiu-se ao presidente eleito Lula como “ex-presidiário”, além de ter se referido a imprensa tradicional como um “consórcio” que atua em conluio com a esquerda e o STF. Após os atos de vandalismo em protesto a prisão de um dos líderes da manifestação golpista, Ana Paula afirmou que era preciso investigar e

identificar os infiltrados responsáveis pelos atos de Vandalismo em Brasília e que os militantes bolsonaristas estavam apenas orando em frente à delegacia para que o cacique preso fosse solto. Chama atenção o fato de um dos líderes da manifestação ser um indígena (informação não confirmada), contrastando com a maior parte do público presentes nas manifestações, formado por homens brancos de meia idade. A participação de um indígena na manifestação demonstra que entre os adeptos da pauta da intervenção militar podem existir indivíduos que pertencem a grupos sociais minoritários na sociedade. A participação de indivíduos de minorias sociais não foi vetada, desde que compartilhassem dos mesmos valores dos manifestantes intervencionistas.

No programa *Oeste Sem Filtro*, disponível no décimo primeiro vídeo do sexto capítulo, o comentarista Augusto Nunes afirmava que o presidente Bolsonaro deveria decretar uma GLO (Garantia da lei e da ordem), caso manifestações com atos de violência continuassem ocorrendo em Brasília. Augusto frisava que os manifestantes bolsonaristas protestavam pacificamente e que os atos de violência ocorreram por conta da presença de petistas infiltrados. Falas como a de Henkel e Nunes, demonstraram o quanto as narrativas dos comentaristas da extrema-direita podem ser fluidas, evidenciando que a narrativa empregada se ajusta a necessidade do momento. Quando algo de violento ocorre nas manifestações a culpa é simplesmente jogada na conta dos adversários políticos, pois na dicotomia apenas o outro lado que representa o “mal”, seria capaz de reproduzir atos de violência.

Conforme podemos conferir no décimo primeiro vídeo do capítulo 6, publicado no canal do YouTube do Italo Lorenzon, foi lida uma matéria da *Revista Oeste*, afirmado que os atos de violência ocorridos em Brasília aconteceram por causa da ação de agentes infiltrados. Para embasar a narrativa de que os “patriotas” não foram os responsáveis pelos atos violentos, Italo afirmou que os manifestantes estavam usando camisas para cobrir os rostos, e que o uso de camisas para cobrir o rosto seria uma prática comum do PCC (Primeiro Comando da Capital) e dos manifestantes esquerdistas, pois um “patriota” jamais esconderia o seu rosto. Italo mostrou um vídeo na matéria da *Revista Oeste*, em que um dos manifestantes agride uma das pessoas que estava filmando os atos com o celular. Na argumentação do youtuber Italo Lorenzon os patriotas não seriam capazes de agredir alguém dessa forma, pois todos seriam ordeiros e pacíficos e esse tipo de episódio ainda não havia ocorrido em nenhuma outra manifestação dos patriotas. No décimo terceiro vídeo do sexto capítulo, no canal do YouTube do Pastor Sandro Rocha, foram exibidas imagens dos atos de vandalismo em Brasília, enquanto o pastor questionava se

o que estava sendo demonstrado nas imagens era algo feito por pessoas conservadoras de direita. Para o pastor Sandro os atos só poderiam ter sido feitos pela esquerda e por movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Percebemos que o discurso que foi apresentado pelos defensores das manifestações golpistas, além de defender a sua legitimidade e existência, buscava criminalizar os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, este sim, que na visão dos intervencionistas seria um movimento violento e criminoso que deveria ser combatido pelas autoridades. Dessa forma, percebemos que os “patriotas” não enxergavam como legítimos os movimentos sociais e as pautas de reivindicação populares.

Apesar da confiança demonstrada pelos “patriotas” nas Forças Armadas, na medida em que o tempo passava, as mobilizações em frente aos quartéis permaneciam, mas a tão esperada intervenção não acontecia. Um sentimento de frustração tomou conta dos manifestantes e alguns passaram a direcionar ataques as próprias Forças Armadas. O décimo terceiro vídeo do capítulo 6, compartilhado na rede social *Kwai*, trouxe críticas às Forças Armadas por meio de imagens que compararam o Exército dos anos 40, que seria formado por militares guerreiros, com o Exército atual, apresentado na imagem como um Exército acovardado. O mesmo vídeo acusava os militares de omissão diante dos “abusos” cometidos pelo Supremo Tribunal Federal. Em outras imagens, em formato de desenho, os comandantes das Forças Armadas apareceram batendo continência ao presidente eleito Lula e mamando “nas tetas do governo”. Para esses intervencionistas, ao se acovardarem e não terem feito a intervenção, conforme o pedido do “povo”, os militares pareceram ter se igualado aos políticos, apenas preocupados em manter os cargos e posições de poder que ocupavam, incapazes de se arriscarem em nome da pátria. O vídeo de número quatorze do capítulo 6, da rede social *Kwai*, trouxe uma cena de filme em que militares aliados libertavam judeus em um campo de concentração, acompanhada da legenda “esperávamos do nosso exército que libertasse seu povo”. No décimo sexto vídeo do capítulo, compartilhado no *TikTok*, alguém gravou a própria tela do celular, enquanto enviava uma mensagem ao perfil do Exército no *Instagram*, com a frase “bando de covardes! Vão bater continência pra bandido”. Após o envio da mensagem, a pessoa parou de seguir o perfil do Exército brasileiro na referida rede social. No vídeo 17 do capítulo 6, compartilhado no *TikTok*, apareceram as fotos do ex-vice presidente Hamilton Mourão, e de comandantes militares, com a legenda “traidores da pátria”. A indignação dos militantes intervencionistas com o General Hamilton Mourão, se deveu ao fato de Mourão ter feito um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, defendendo os

feitos do governo Bolsonaro, mas sem anunciar as medidas que levariam ao cancelamento das eleições e impedimento da posse do presidente Lula. Outros vídeos, como os de número quinze e doze, conforme a ordem dos vídeos no capítulo 6, são de pessoas anônimas que expressaram a indignação e frustração pelas Forças Armadas não terem dado o golpe.

Portanto, para os militantes intervencionistas o brasileiro patriota é o cristão, que acredita em Deus e na Bíblia, acredita no modelo de família nuclear (composto por pai, mãe e filhos) e busca constituir uma família nuclear para si. O brasileiro “patriota” trabalha ou empreende e luta pela intervenção militar, preocupando-se assim em assegurar um futuro melhor para os seus filhos e netos, que com a realização da Intervenção não viveriam em um país “comunista”. Outro elemento importante para ser considerado um “patriota” na visão de mundo dos intervencionistas é a reverência aos símbolos nacionais brasileiros, como a bandeira e o Hino Nacional. A Pátria aspirada pelos “patriotas” é uma pátria cristã, composta por famílias nucleares, ordeiras e trabalhadoras, sem a presença dos indivíduos que os “patriotas” entendem como prejudiciais a Pátria, como políticos de esquerda, minorias e movimentos sociais.

CONCLUSÃO

A partir da análise da bibliografia utilizada e do conteúdo audiovisual disponibilizado no site “GolpeFlix”, podemos concluir que existe na cultura política brasileira, entre determinada parcela da população, a identificação das Forças Armadas como uma instituição garantidora da ordem e capaz de salvar o Brasil em momentos de crise institucional, social e econômica. A ordem à qual as Forças Armadas devem salvar/manter, trata-se de uma ordem que assegure o impedimento de avanços sociais e a adoção de políticas socioeconômicas que resultem na redução da desigualdade social e ampliação dos direitos para a população. A ordem buscada pelos militantes intervencionistas também deveria assegurar a manutenção de instituições vistas como sagradas pelos simpatizantes da intervenção militar, como o modelo de família nuclear (composta por pai, mãe e filhos) e uma ideia de pátria ligada à reafirmação de símbolos nacionais, como a bandeira e o hino. Existia nos grupos intervencionistas um medo do Brasil tornar-se um país comunista, embora não fosse claro o que os intervencionistas entendiam como comunismo. O temor em relação a uma “comunização” do Brasil esteve presente de forma recorrente em seus discursos. A intervenção militar também era vista como uma forma de salvar o Brasil do “comunismo” e preservar a “democracia”, na forma como ela era entendida pelos intervencionistas.

Para os militantes intervencionistas a sua luta seria para preservar as instituições, a família e a democracia. Por mais contraditório que isso possa parecer, entendo que a visão de mundo dos intervencionistas é bastante particular e o significado de coisas como “golpe” e “democracia” para essa parcela da população são diferentes dos significados em que os termos são tratados no meio acadêmico, na imprensa e pelos partidos políticos. Na visão de mundo dos militantes intervencionistas o Brasil estava sendo alvo de uma ditadura perpetrada pelo Supremo Tribunal Federal e caberia aos intervencionistas irem às ruas lutarem contra essa ditadura e reestabelecer a normalidade no país. O que nós entendemos como democracia, para os “patriotas” é a “ditadura do STF”, e o que entendemos como golpe, para os “patriotas” trata-se de um instrumento legítimo que pode ser utilizado para salvar o Brasil da “ditadura do Supremo”. Os “patriotas” acreditam estar fazendo um bem, dando a sua contribuição para salvar o Brasil e assegurar um futuro melhor para seus filhos e netos.

Parcela da sociedade civil enxergava como legítimo o pedido por uma intervenção militar para salvar o Brasil. Essa percepção fazia com que as intervenções militares que

permearam a história do Brasil em diversos momentos, fossem vistas como legítimas e desejáveis por essa parcela da população. Em meio à desconfiança em relação aos partidos políticos e as instituições democráticas, os intervencionistas acreditavam que apenas as Forças Armadas são dignas de confiança para realizar a missão saneadora nas instituições e na sociedade brasileira. Saliento que a desconfiança com a democracia brasileira se estende até mesmo ao nosso sistema eleitoral, que os intervencionistas acreditam ter sido fraudado para assegurar a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Existia uma inconformidade com o sistema eleitoral a partir da vitória de Lula, estimulada por meio da difusão de teorias conspiratórias nas redes. As teorias conspiratórias, completamente desprovidas de provas factuais, são um dos meios utilizados pela extrema-direita para estimular a radicalização política dos militantes intervencionistas e mobilizá-los contra os inimigos em comum, que eram Lula, o Partido dos Trabalhadores e os que eles entendiam como “esquerda” de modo geral.

Se o recurso às Forças Armadas para “salvar” o Brasil esteve presente em outros momentos históricos, na segunda metade dos anos 2010 e início dos anos 2020, esse discurso encontrou as redes sociais como o meio ideal para ser propagado. A partir das redes sociais se pôde difundir o discurso intervencionista e organizar manifestações com uma facilidade que não se tinha antes. Algumas pessoas ao entrarem em contato com esse discurso por meio das redes sociais, sentiam que estavam sendo libertadas da alienação e passando a enxergar a verdade que estava nas redes. O discurso intervencionista da extrema-direita nas redes sociais, além de ser ideológico, também se torna um bom negócio para os influenciadores e meios de comunicação que embarcam nessa onda e são monetizados a partir da quantidade de visualizações e doações que obtém nas redes.

O apelo estético das manifestações de pedidos de intervenção faz referência à bandeira do Brasil, a roupas como a camisa da seleção, sempre buscando a bandeira e suas cores como uma demonstração simbólica do seu patriotismo e amor ao Brasil. Além dos símbolos nacionais, há um apelo ao militarismo e os seus símbolos, por meio da divulgação da imagem de heroicos soldados que iriam salvar o Brasil do “comunismo”. Para formar a tríade simbólica dos intervencionistas, temos o elemento religioso, que aparece por meio do uso de terços, crucifixos e orações. Os intervencionistas acreditavam que por meio das orações conseguiriam alcançar o êxito da intervenção, evidenciando que para alguns intervencionistas não se tratava apenas de uma questão política/material, mas também de algo que envolveria o transcendental. Em relação à composição social das manifestações, observamos a preponderância de homens brancos, de meia idade,

pertencentes as classes médias. Também destaco o apoio dado as manifestações por caminhoneiros, pequenos empresários e pessoas do agronegócio.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. A. Os militares e a constuinte. Poder civil e poder militar na constituição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.
- ALIAGA, Luciana. O soldado-cidadão e o intervencionismo moderador na Primeira República: passado-presente. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, Volume. 11, Número 2, p. 223-247, julho/dezembro 2024.
- ARAGAO, Alexandre. NALON, Tai. GolpeFlix: o catálogo digital das mentiras que levaram ao 8 de janeiro. Aos Fatos, março de 2023. Disponível em: <https://www-aosfatos.org/golpeflix/>. Acesso em: 01/06/2025.
- AZEVEDO, M de C; LIMA, M A. A. Fake News e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos nas eleições de 2018. Letrônica, v. 13, n. 2, p. e35546, 2020. DOI: 10.15448/1984-4301.2020.2.35546. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/letronica/article/view/35546>. Acesso em: 3 maio. 2024.
- BILAC, O. A Defesa Nacional (discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.
- CARVALHO, J. M. "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador". In FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 9, Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 197-257.
- CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de janeiro: Zahar, 1995.
- FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar". In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 9^a Ed. e amp. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. (O Brasil Republicano, vol. 3), pp 403-468.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1, CC. 11, § 12, p. 93-114, 2001.
- KLINGER, B. 1930. "Os militares e a política". A Defesa Nacional. Revista de assuntos militares XVIII, no. 202, 203, 204: 15–20 (Out./Nov./Dez.). Rio de Janeiro.
- SKINNER, Quentin. "Significado e interpretação na História das Ideias". Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 – 399. Jan./abr. 2017.
- KOSELLECK, R. História dos conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 39-83.
- MAYER, J. M. s/d. "Klinger, Bertholdo". Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/klinger-bertoldo. Acesso em: 30/08/2025.
- NEGRI, Camilo; IGREJA, Rebecca Lemos; PINTO, Simone Rodrigues. Aconteceu também no Brasil: a captura das redes da esperança pela extrema-direita. *Cahiers Des Amériques Latines*, v. 92, n. 4, Paris, 2020.

RAMOS, P. A. s./d. “Góis Monteiro”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-aurelio-de-gois-monteiro.

ROUQUIÉ, A (Coord). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1990.

SANTOS, Rosiene Aguiar; CORTES, Gerenice. O enunciado discursivo “Intervenção militar Já” nas redes sociais. *Letras & Letras*, v. 36, n. 1, p. 21-37, Uberlândia, 2020. DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-2. Disponível em: [Vista do O enunciado discursivo "Intervenção militar Já" nas redes sociais \(ufu.br\)](https://vista.ufu.br/index.php/ll/article/view/104393). acesso em: 03/05/2024.

SCHARGEL, Sergio. O GOLPE DO GOLPE: A ASCENSÃO DO REVISIONISMO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA. *Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, [S. l.], v. 28, n. 2, 2020. DOI: 10.25110/akropolis.v28i2.7974. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/7974>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

PEIXOTO, A.C. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). Tradução de Otávio Alves Velho. In: ROUQUIÉ, A (Coord). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1990.